

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 171/2022
Data: 29/12/2022



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PORTO DE SANTOS RECEBE 23 MIL TURISTAS PARA CRUZEIROS MARÍTIMOS DE RÉVEILLON	4
ÚNICO E LENDÁRIO: PELÉ MORRE AOS 82 ANOS EM SÃO PAULO	5
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	6
DUPLICAÇÃO DE TRECHO DA BR-163/PR FACILITARÁ ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS	6
RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA IMPLANTAÇÃO DO FREE FLOW RECEBE SELO PADRÃO OURO	6
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	7
PRAZO PARA ADESÃO ÀS MODALIDADES DE TRANSAÇÃO TERMINA NESTA SEXTA-FEIRA (30/12).....	7
MINISTÉRIO DA ECONOMIA DIVULGA CALENDÁRIO 2023 DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	7
GOVERNO CENTRAL REGISTRA SUPERÁVIT DE R\$ 49,3 BILHÕES NO ACUMULADO DO ANO ATÉ NOVEMBRO 2022	8
MINISTÉRIO DA ECONOMIA AJUSTA NORMA DE CONTRATAÇÕES DE TIC À NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	9
GOVERNO EDITA MP QUE PERMITE A COMERCIALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO EM CONCESSÕES FLORESTAIS.....	10
AÇÕES INOVADORAS MODERNIZAM GESTÃO DE PESSOAS NO SERVIÇO PÚBLICO.....	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – O DESNO INCERTO DO ANGO SÃO PAULO.....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	13
Confirmados 1	13
Confirmados 2	13
Confirmados 3	14
Confirmados 4	14
ESG na B3	14
NACIONAL - ULTRACARGO INVESTE EM TERMINAIS DO NORTE E NORDESTE	14
REGIÃO NORDESTE - JUSTIÇA NEGA RECURSO DE EMPRESA PARA ATRACAR PORTA-AVIÕES EM SUAPE.....	15
REGIÃO NORDESTE - REFORMA DE ARMAZÉNS DO PORTO DE CABEDELO ESTÁ 45% EXECUTADA	17
REGIÃO SUDESTE - TOLERÂNCIA PARA CHEGADA DE CAMINHÕES AO PORTO DE SANTOS CAIRÁ PARA 3 HORAS.....	18
PORTUGAL - PORTO DE LISBOA É ALVO DE ATAQUES HACKER NO NATAL	19
JORNAL O GLOBO – RJ.....	20
TRIBUTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ANIMA MERCADO, MAS PODE IMPACTAR BOLSO DO CONSUMIDOR.....	20
HADDAD: ‘NESTE MOMENTO, O MAIS IMPORTANTE É HARMONIZAR POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA’	22
APÓS ENCONTRO COM LULA, LUPU DIZ QUE SERÁ MINISTRO DA PREVIDÊNCIA E TEVE APOIO DE CIRO GOMES	27
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	28
BRASIL CRIOU 135 MIL EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA EM NOVEMBRO, 57% MENOS DO QUE EM 2021	28
SERVIDORES PÚBLICOS VÃO PODER COMPROMETER 45% DA RENDA COM CONSIGNADO	29
HADDAD QUER TRABALHAR COM TEBET EM REVISÃO DE GASTOS ATRELADA À NOVA REGRA FISCAL	30
GOVERNO LULA QUER REVER MODELO DE CONCESSÕES DE RODOVIAS USADO NA GESTÃO BOLSONARO	31
SETOR DE ENERGIA SOLAR PRESSIONA POR AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE BENEFÍCIOS PARA INSTALAÇÃO DE PAINÉIS.....	32
NINGUÉM MAIS QUER INVESTIR EM ENERGIAS SUJAS.....	33
MELHORA ECONÔMICA NO FIM DO ANO TERÁ EFEITO NEGATIVO EM 2023	34
VALOR ECONÔMICO (SP).....	35
COMÉRCIO MARÍTIMO VÊ AJUSTE DE FRETE EM 2023	35
CUSTO DO FRETE RODOVIÁRIO DO AGRO SUBIU ATÉ 96% EM NOVEMBRO	37
PAES QUER AMPLIAR USO DE TÍTULOS DO PORTO MARAVILHA	38
ECONOMIA FRÁGIL DESAFIA GESTÃO DE RAQUEL LYRA EM PE	39
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	41
PETRORECONCAVO COMPRA SUBSIDIÁRIA BRASILEIRA DA MAHA ENERGY	41
PETROBRAS ASSINA CONTRATO COM CNOOC PARA ESCOAMENTO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL	41
JUSTIÇA NEGA RECURSO DA MSK PARA REVERTER A DECISÃO DE PROIBIÇÃO DE ATRACAÇÃO DE PORTA-AVIÕES EM SUAPE	42
ESTALEIRO HYUNDAI CORTA O PRIMEIRO AÇO DE UM PORTA-CONTÊINER A METANOL PARA A MAERSK	43



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 171/2022
Página 3 de 43
Data: 29/12/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	43
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM	43



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS RECEBE 23 MIL TURISTAS PARA CRUZEIROS MARÍTIMOS DE RÉVEILLON

Cinco navios passarão pelo complexo com roteiros especiais e programação temática

Por: ATribuna.com.br



Passageiros embarcados no MSC Preziosa saíram de Santos rumo à festa de virada de ano no Rio de Janeiro Foto: Matheus Tagé/AT/Arquivo

Cerca de 23 mil turistas passarão pelo Porto de Santos até o próximo sábado (31). Eles embarcarão em cinco navios de cruzeiro que terão roteiros especiais de Réveillon. Segundo o Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, o movimento já se intensificou na última segunda-feira (26).

MSC Fantasia, Costa Firenze, MSC Preziosa, MSC Seashore e Costa Favolosa estão entre os navios que passarão pelo cais santista nesta semana. Com exceção do último, que deixará o Porto às 17 horas, todos têm partida prevista para as 18 horas.

Os destinos são variados. Os turistas que passarão o Réveillon a bordo do Preziosa, Seashore e do Costa Firenze assistirão à queima de fogos da Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Já o MSC Fantasia estará navegando com destino a Montevideu, no Uruguai. Também fará escalas em Punta del Este, no mesmo país, e Buenos Aires, na Argentina. Por sua vez, o Costa Favolosa estará a caminho de Itajaí (SC).

Como haverá embarques até o sábado, há a possibilidade de que turistas que cheguem ao Porto neste dia passem a virada na Cidade. Porém, não há uma estimativa de quantos ficarão para ver a queima de fogos na praia santista.

A Secretaria de Empreendedorismo, Economia Criativa e Turismo de Santos (Seectur) mantém um Posto de Informações Turísticas (PIT) com recepcionista bilíngue no Concais. E, nos dias de embarcações com passageiros em trânsito, haverá ainda uma unidade volante no portão de saída, também com recepcionista, para passar informações sobre pontos turísticos, orientações sobre a Cidade e entregar folhetos para os cruzeiristas.

A Seectur ainda elaborou uma nova comunicação visual visando os tripulantes em trânsito, cuja entrada e saída é realizada pelo armazém de bagagem. Haverá mensagens de boas-vindas em três idiomas (inglês, português e espanhol) e um QR code para que acessem o portal Turismo Santos, onde há informações sobre todas as atrações, notícias, dados úteis da Cidade, entre outras. O objetivo é atrair todos que optarem por passar o dia de folga no Município.

Para os viajantes

Nesta temporada, os turistas poderão optar por apresentar o comprovante de vacinação completa contra a covid-19 ou o resultado de teste para a detecção da doença. Ele deve ter sido realizado um dia antes do cruzeiro. Para viagens de mais de seis noites, é obrigatório comprovar que o passageiro não tem a doença.

Para o embarque, o Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, recomenda que os passageiros cheguem ao terminal após as 11h30, pois o horário da manhã é destinado apenas para os procedimentos de desembarque. Isto ajuda a evitar filas nos salões de embarque e nos acessos à instalação.

Todos os passageiros devem apresentar documento original, em bom estado e com a foto de acordo com a aparência atual da pessoa. É proibido utilizar cópias, ainda que sejam autenticadas.

Temporada

Até abril, mais de 440 mil passageiros vão embarcar no Porto de Santos. A temporada 2022/2023 será a mais longa dos últimos dez anos e terá 142 escalas. O Costa Firenze será o último a deixar o País, em 16 de abril do ano que vem. Até lá, a expectativa é de que R\$ 338 milhões sejam gerados para Santos e região, com a oferta de 33 mil empregos no segmento.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/12/2022

ÚNICO E LENDÁRIO: PELÉ MORRE AOS 82 ANOS EM SÃO PAULO

Rei do Futebol estava internado no Hospital Israelita Albert Einstein e faleceu na tarde desta quinta-feira (29)

Por: ATribuna.com.br



Pelé foi considerado o atleta do século Foto: Arquivo/AT

Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, morreu nesta quinta-feira (29), aos 82 anos. Ele foi internado no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, no dia 29 de novembro, para a realização de exames, após apresentar inchaço por todo o corpo. O ídolo do Santos e da Seleção Brasileira tratava de um câncer no cólon.

A internação não estava agendada. Pelé foi levado ao hospital pela esposa, Márcia Aoki. O quadro de saúde do maior jogador de futebol de todos os tempos era considerado preocupante.

O Rei do Futebol apresentou quadro de anasarca (inchaço generalizado pelo corpo), síndrome edemigênica (edema generalizado), uma "insuficiência cardíaca descompensada" e ainda infecção respiratória. A quimioterapia também não apresentava mais efeito contra a doença.

Boletim médico

Na quarta-feira (21), a equipe médica do Hospital Israelita Albert Einstein emitiu um boletim médico relatando a progressão oncológica no corpo do Rei do Futebol. Dos cinco comunicados até então,

este foi o primeiro que acendeu alerta da gravidade e avanço da doença por parte dos médicos responsáveis pelo tratamento de Pelé.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/12/2022



Governo Federal

Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

DUPLICAÇÃO DE TRECHO DA BR-163/PR FACILITARÁ ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS

Obra faz parte de projeto de duplicação de 74 quilômetros da rodovia nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná



Em 2022, foram entregues 12,5 quilômetros do projeto de duplicação da rodovia - Foto: Divulgação/DNIT

A liberação de um novo trecho da BR-163/PR, entre as cidades de Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia, eleva para 12,5 quilômetros o total duplicado da rodovia em 2022. As obras fazem de um projeto aumento de capacidade de 74 quilômetros entre Cascavel e Marmelândia, distrito de Realeza, no Paraná.

Uma das principais vias de escoamento da produção de grãos do país, a BR-163 liga os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao porto de Paranaguá (PR). Por lá, as commodities são exportadas para diversos países por navios de carga. Além da duplicação, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) tem realizado melhorias como implantação de nova sinalização vertical e horizontal.

Investimentos

Desde o início da intervenção, 44 quilômetros de novas pistas duplicadas já foram liberados para os usuários e os investimentos chegaram a R\$ 591,4 milhões. O investimento total do projeto é de aproximadamente R\$ 706,3 milhões.

*Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 29/12/2022

RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA IMPLANTAÇÃO DO FREE FLOW RECEBE SELO PADRÃO OURO

Sistema de livre passagem de pedágio em rodovias concedidas entra em vigor a partir de 2 de janeiro do próximo ano

A regulamentação pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) do sistema de livre passagem de pedágio em rodovias concedidas à iniciativa privada recebeu o Padrão Ouro pelo Programa de Selos de Qualidade, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Economia.

Nas rodovias com free flow, motoristas poderão trafegar sem a necessidade de parar nas praças de cobrança, graças à identificação automática e eletrônica dos veículos através de pontos com



sensores – por radiofrequência ou por câmeras – ao longo da rodovia. O sistema regulamentado pelo Contran entra em funcionamento a partir de 2 de janeiro de 2023.

Boas práticas

O programa da Secretaria de Acompanhamento Econômico busca atender às recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tais como fomentar e identificar as boas práticas regulatórias no país; reconhecer os atos normativos elaborados com maior rigor técnico; reconhecer os esforços de órgãos reguladores que buscam atender integralmente às boas práticas regulatórias nacionais e internacionais; e contribuir para o aprimoramento das regulações.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 29/12/2022



Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

PRAZO PARA ADESÃO ÀS MODALIDADES DE TRANSAÇÃO TERMINA NESTA SEXTA-FEIRA (30/12)

Como dia 30 de dezembro é feriado bancário, o último dia para pagamento do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) é esta quinta-feira (29/12)

Termina às 19 horas desta sexta-feira (30/12) o prazo para adesão às transações e ao Programa de liquidação de crédito rural para agricultor familiar. Confira as condições e os benefícios das modalidades de transação vigentes.

Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), caso a adesão seja feita nesta quinta-feira (29/12), o pagamento da primeira prestação deverá ser feito no mesmo dia. Tratando-se de adesões realizadas no dia 30 de dezembro, o contribuinte receberá orientação sobre como efetuar o pagamento da primeira prestação, já que nesta data não haverá atendimento ao público nas agências bancárias e nem emissão de prestação.

As prestações da entrada devem ser quitadas pontualmente até a data de vencimento. Do contrário, a conta de negociação será cancelada sem a oportunidade de o contribuinte aderir novamente, já que o prazo para adesão estará encerrado.

Em caso de dúvidas, basta navegar pelas orientações da IZE, a atendente virtual do Regularize, no site da PGFN.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 29/12/2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DIVULGA CALENDÁRIO 2023 DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

No próximo ano, serão nove feriados nacionais e cinco dias em que haverá ponto facultativo

Foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (29/12) a Portaria nº 11.090, de 27 de dezembro de 2022, que apresenta o calendário oficial de feriados nacionais e dias de pontos facultativos no ano de 2023, a ser cumprido pelos órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional do poder Executivo federal.

A norma relaciona os nove feriados nacionais e os cinco dias em que haverá ponto facultativo no próximo ano, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 29/12/2022

GOVERNO CENTRAL REGISTRA SUPERÁVIT DE R\$ 49,3 BILHÕES NO ACUMULADO DO ANO ATÉ NOVEMBRO 2022



No mês de novembro, o resultado primário foi deficitário em R\$ 14,7 bilhões

O resultado primário do Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – foi deficitário em R\$ 14,7 bilhões em novembro último, em termos nominais, inferior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit primário de R\$ 1,3 bilhão. Em novembro do ano passado foi registrado um superávit primário de R\$ 4,2 bilhões (também em termos nominais). As informações

constam do relatório do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) de novembro de 2022, divulgado nesta quarta-feira (28/12) em entrevista coletiva no Ministério da Economia.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 4,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit primário de R\$ 19,2 bilhões. Em comparação a novembro de 2021, esse resultado primário decorre da combinação de uma diminuição real de 9,4% (R\$ 13 bilhões) da receita líquida e um acréscimo real de 4,6% (R\$ 6,1 bilhões) das despesas totais.

Com o resultado de novembro, o superávit primário do Governo Central acumulado no ano totaliza R\$ 49,3 bilhões em termos nominais, enquanto no mesmo período de 2021 foi registrado um déficit de R\$ 48,9 bilhões. “Foi um ano bastante difícil, incerto para projeções”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle. Ele salientou que, embora 2022 tenha sido desafiador, os resultados foram muito positivos. Mencionando as dificuldades e incertezas trazidas pela guerra entre Rússia e Ucrânia, as demandas extraordinárias ao governo federal e as eleições no país, Valle afirmou: “Apesar das dificuldades estamos chegando ao fim do ano com todas as despesas atendidas e com o primeiro superávit primário desde 2013”, declarou, referindo-se à projeção atual da STN de um resultado positivo de R\$ 34,1 bilhões para 2022 – montante que deverá crescer para em torno de R\$ 50 bilhões, segundo Paulo Valle, e que aumenta ainda mais se for considerado o encontro de contas referente ao aeroporto Campo de Marte, cuja posse foi objeto de disputa judicial entre a União e a Prefeitura de São Paulo.

Receitas e despesas

A redução real da receita líquida em novembro é resultado da queda de R\$ 10,6 bilhões nas Receitas Não Administradas, parcialmente compensadas pelo crescimento de R\$ 1,2 bilhão nas Receitas Administradas, e pelo incremento de R\$ 3,7 bilhões nas transferências por repartição de receita.

Os principais destaques na comparação mensal são: redução real de R\$ 8,7 bilhões no recebimento de dividendos; aumento na arrecadação real relativa à estimativa mensal para o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); queda na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), explicada pela redução de 35% nas alíquotas da tabela de incidência do tributo (exceto fumo e automóveis) e o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte.

De acordo com a STN, o aumento real nas despesas totais, por sua vez, pode ser explicado, entre outras razões, pelo crescimento das despesas obrigatórias com controle de fluxo, com destaque para aquelas no âmbito do Auxílio Brasil; pelo aumento nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido ao aumento do número de beneficiários (cerca de 3,4%) entre outubro de 2021 e outubro de 2022; e pela redução nas despesas discricionárias.



Acumulado do ano

O superávit primário do Governo Central acumulado no ano é resultado de um superávit de R\$ 317,2 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 267,9 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até novembro, a receita líquida totalizou um aumento de 9,4% (R\$ 146,2 bilhões), enquanto a despesa aumentou 2,5% (R\$ 39,8 bilhões). O relatório do RTN aponta que, excetuando-se a operação do Campo de Marte, o resultado primário do Governo Central acumulado no ano seria de R\$ 73,2 bilhões, significando uma melhora de resultado de R\$ 122,1 bilhões frente ao mesmo período de 2021.

No lado da receita, destacam-se o aumento real de 7,3% (R\$ 87,9 bilhões) nas Receitas Administradas pela Receita Federal, concentradas principalmente em Imposto de Renda e CSLL. Na mesma direção, as Receitas Não Administradas aumentaram em 35,6% (R\$ 95,3 bilhões), enquanto a Arrecadação Líquida para o RGPS registrou uma alta de 6,8% (R\$ 29,9 bilhões).

No que se refere às despesas, no acumulado de janeiro a novembro de 2022 as principais variações reais positivas foram registradas nas Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo (R\$ 59,5 bilhões), com destaque para o Bolsa Família e o Auxílio Brasil (R\$ 58,9 bilhões); Despesas Discricionárias (R\$ 26,3 bilhões), sobretudo o registro contábil, em agosto de 2022, de R\$ 24,1 bilhões (em termos reais) das Despesas do Encontro de Contas – Campo de Marte; e pagamentos de Abono Salarial e Seguro-Desemprego (R\$ 14,5 bilhões).

Entrevista

Os dados do relatório do Resultado do Tesouro Nacional de novembro de 2022 foram apresentados em entrevista coletiva com a participação do secretário Paulo Valle; do subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, David Athayde; e do subsecretário da Dívida Pública, Otavio Ladeira.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 29/12/2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA AJUSTA NORMA DE CONTRATAÇÕES DE TIC À NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Normativo regulamenta o processo para os órgãos e entidades do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação à luz da NLLC

A Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia publicou nesta quinta-feira (29/12), no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa SGD/SEDGG/ME nº 94/2022, que estabelece procedimentos alinhados à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos/NLLC (Lei nº 14.133/2021) e seus regulamentos.

A nova norma revoga a Instrução Normativa SGD/SEDGG/ME nº 01/2019, e institui conceitos, diretrizes e regras para a contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do poder Executivo federal, conforme novos regulamentos de licitações e contratos administrativos.

A IN nº 94/2022 simplifica o processo de contratação de soluções de TIC, integrando-o ao plano de contratações anual, por meio do documento de formalização de demandas, e facultando a elaboração dos estudos técnicos preliminares em situações específicas. Além disso, fortalece os Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pelo Órgão Central do SISP. A ferramenta desonera o esforço administrativo na realização de pesquisa de preço para contratação de softwares, uma vez que o Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC) poderá ser utilizado como preço estimado para instrução do processo de compras.



Novos conceitos também foram definidos, a exemplo dos sistemas estruturantes de tecnologia da informação, e novas modalidades de contratação foram incorporadas, como o Diálogo Competitivo. A IN dá mais clareza à gestão das atividades de fiscalização e inclui o papel do fiscal setorial para reforçar as ações de fiscalização contratual.

A norma entrará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2023 e pode ser acessada na íntegra juntamente às demais orientações.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 29/12/2022

GOVERNO EDITA MP QUE PERMITE A COMERCIALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO EM CONCESSÕES FLORESTAIS

Objetivo da medida, conforme a Sepec/ME, é impulsionar esse mercado no país e aproveitar o potencial de conservação da biodiversidade brasileira

Para impulsionar o mercado de créditos de carbono no país, foi publicada na terça-feira (27/12), no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 1.151, de 26 de dezembro de 2022, que altera as normas de gestão de florestas públicas. A iniciativa – proposta pelo Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) – atualiza a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Esse documento aborda a gestão de florestas para a produção sustentável, considerando o potencial de conservação da biodiversidade brasileira. Hoje, o Brasil conta com uma das maiores coberturas de vegetação nativa do planeta, correspondente a 66% do território.

Pela nova norma, o contrato de concessão de florestas públicas passa a prever o direito de comercializar créditos de carbono, além de produtos e serviços florestais não madeireiros. É o caso de serviços ambientais; acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado para fins de conservação, pesquisa, desenvolvimento e bioprospecção; restauração e reflorestamento de áreas degradadas; atividades de manejo voltadas a conservação da vegetação nativa ou ao desmatamento evitado; turismo e visitação na área outorgada; e produtos obtidos da biodiversidade local.

Ainda segundo a MP 1.151/22, os créditos de carbono e serviços ambientais poderão decorrer da redução de emissões ou remoção de gases de efeito estufa; da manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal; da conservação e melhoria da biodiversidade, do solo e do clima; ou de benefícios do ecossistema previstos na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/2021).

Licenciamento obrigatório

O texto determina que a exploração das florestas depende de licenciamento pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), após aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) – que confere ao detentor a licença ambiental para a prática do manejo florestal sustentável, mas não se aplica a outras etapas de licenciamento ambiental.

A MP também prevê que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) habilite agentes financeiros ou fintechs, públicos ou privados, para atuar nas operações de financiamento com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMCM). Anteriormente à alteração na lei, só podiam ser habilitados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e outros agentes financeiros públicos.

De acordo com o governo federal, a medida provisória é urgente, já que o Brasil assumiu o compromisso de reduzir, até 2030, 50% das suas emissões de CO₂eq [equivalente de dióxido de carbono] com base nas emissões de 2005. As inovações retiram entraves regulatórios da Lei nº 11.284/2006, que reduziam a atratividade das concessões em unidades de manejo florestal,

conforme evidencia o avanço bastante aquém do potencial das concessões em unidades de manejo florestal, sobretudo na Região Amazônica.

A MP nº 1.151/22 não traz impactos financeiros ou orçamentários, nem gera diminuição de receita para o ente público. A expectativa é que seja votada pelo Congresso Nacional até o dia 2 de abril de 2024. As emendas ao texto podem ser apresentadas até 3 de fevereiro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 29/12/2022

AÇÕES INOVADORAS MODERNIZAM GESTÃO DE PESSOAS NO SERVIÇO PÚBLICO

Trabalho da equipe da Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoal do Ministério da Economia resultou em importantes ganhos de desempenho

O aplicativo SOUGOV.BR materializou a transformação digital na Gestão de Pessoas da Administração Pública federal (APF). A implantação da solução foi uma das principais entregas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SGP/SEDGG/ME) em 2022. Por meio da inovação – disponível na palma da mão por aplicativo –, os servidores, aposentados e pensionistas do poder Executivo federal passaram a ter acesso a diversos autosserviços e solicitações de interesse funcional, de forma simples e rápida.

“Em sentido amplo, o SOUGOV.BR aprimora a relação do servidor público com a gestão de pessoas”, afirmou o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Leonardo Sultani. Com 1.176.162 usuários – o que representa 85,05% de todo o público-alvo (96,04% de servidores ativos, 83,28% de aposentados e 61,86% de pensionistas) –, o aplicativo já oferece mais de 90 serviços, entre os quais se destacam as funcionalidades de Saúde Suplementar, Programação de Férias, Qualificação Cadastral, Cadastro de Dependentes, Currículo e Oportunidades, Auxílio Transporte, Previdência, Frequência e Pagamento de Substituição.

Referência Internacional

A atuação da equipe da SGP também foi essencial para a realização de um peer review (revisão por pares) entre o Ministério da Economia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o grau de aderência da Administração Pública federal brasileira à Recomendação sobre Liderança e Capacidade do Serviço Público emitida pela instituição em 2019.

Os resultados da revisão irão apoiar o governo federal na modernização do Estado, alinhando o serviço público com as expectativas da sociedade brasileira e identificando instrumentos que possam servir de referência para ajudar os tomadores de decisão a priorizar os investimentos na transformação e capacidade do serviço público, de acordo com as melhores práticas e recomendações internacionais. O projeto foi executado ao longo de todo o ano de 2022, com a realização mútua de missões e visitas técnicas e o compartilhamento de informações.

Força de trabalho

Outra entrega de destaque foi a construção e disseminação do modelo referencial de dimensionamento da força de trabalho para os órgãos e entidades da Administração Pública. Desenvolvida pelo Ministério da Economia em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), a metodologia pode ser aplicada pelos órgãos públicos nas estimativas da quantidade ideal de pessoas para a realização do trabalho.

Com a publicação da Portaria SEDGG/ME nº 7.888, de 1º de setembro de 2022, deu-se início a uma ação estruturada de disseminação da metodologia. A ação teve o objetivo de expandir a aplicação, a partir da transferência do modelo referencial em ampla escala mediante treinamento pela equipe do ministério e cursos EAD e remoto pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). No total, 48 órgãos foram capacitados para o uso da metodologia diretamente pela equipe do ME e outros 23 já foram atendidos com a participação no curso remoto desenvolvido pela Enap.

Banco de Talentos

O Banco de Talentos é um projeto estratégico apoiado por sistema de gestão para o gerenciamento de informações relacionadas às competências dos servidores públicos, à alocação de talentos e à transparência para processos seletivos internos que visem à ocupação de cargos em comissão e demais funções de liderança. O projeto conta com três soluções digitais: o módulo Currículos e Oportunidades SOUGOV.BR, no qual estão cadastrados mais de 450 mil currículos, permitindo que os usuários conheçam processos seletivos para movimentação interna na Administração Pública federal e participem deles; o módulo Sigepe Oportunidades, em que os diversos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública realizam seus processos seletivos para a movimentação de pessoal; e o Painel de Dados do Banco de Talentos, que fornece para as áreas de Gestão de Pessoas uma visão gerencial das informações de sua força de trabalho, a partir dos currículos cadastrados. Até 7 de novembro de 2022, foram cadastrados 459.062 currículos.

LA-BORA! GOV

O LA-BORA! GOV – Laboratório de Gestão Inovadora de Pessoas, por sua vez, tem por finalidade incentivar pessoas e órgãos a efetuar inovações para melhorar a experiência do servidor e gerar valor público. Entre os projetos mais estratégicos estão: Prateleira de Serviços, Curadoria Temática, e Novos Modelos de Trabalho (Free-LA e Time Volante). Os temas mais trabalhados em 2022 foram Planejamento Estratégico Adaptativo; Economia Comportamental e Segurança Psicológica; e Confiança Criativa. Ao todo, foram 95 serviços realizados em 2022, alcançando 210 órgãos e entidades da Administração Pública federal e mais de 140 mil servidores.

Desenvolvimento de servidores

O LideraGOV é o programa de desenvolvimento de futuras lideranças do poder Executivo federal. Neste ano, foram qualificados 80 novos servidores para ocuparem posições estratégicas na Administração Pública federal. A iniciativa, promovida em parceria com a Enap, segue recomendações da OCDE e já formou 138 servidores nas duas edições do curso de qualificação, realizadas em 2021 e 2022.

Na linha de ações de desenvolvimento dos servidores, também foi instituída, em 2019, a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas. A iniciativa visa ao aprimoramento da gestão pública, por meio de atividade de aprendizagem estruturada, realizada em alinhamento aos objetivos organizacionais. Assim, apoia os órgãos e entidades no processo de planejamento, execução e avaliação dos eventos de desenvolvimento e busca obter evidências para o aprimoramento das ações da área. A PNPD também trouxe alterações quanto às regras de concessão de afastamentos de servidores para a realização de ações de desenvolvimento e para a concessão da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC).

Prova de vida digital

Uma entrega de especial relevância em 2022 foi a oferta à mais de 720 mil pessoas – entre aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis e seus pensionistas, de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 – de mecanismos para comprovação de vida de forma digital. Já foram realizadas mais de 500 mil comprovações em formato remoto desde maio de 2021, quando o serviço foi criado. “O potencial total de economia anual para o governo, considerando visita técnica, restabelecimento de pagamento presencial e envio de aviso de recebimento, é R\$ 3,4 milhões”, aponta o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Eduardo Felizola. “Para o cidadão, além de economia de recursos financeiros com deslocamento especificamente para esse fim, o maior ganho é em qualidade de vida e tranquilidade para a realização da prova de vida anual, que pode ser feita sem sair de casa”, acrescenta.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 29/12/2022

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O DESNO INCERTO DO ANGO SÃO PAULO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Justiça Federal negou o pedido da empresa turca SOK, que havia requerido a suspensão da proibição de atracação do casco do porta-aviões São Paulo, que foi da Marinha do Brasil, no Porto de Suape (PE). A decisão, divulgada ontem, dia 28, citou a presença de materiais tóxicos a bordo da embarcação. Com isso, o navio continuará sendo rebocado pela costa brasileira, situação essa que perdura desde outubro.

Em sua decisão, destaque de reportagem publicada na edição desta quinta-feira do BE News, o desembargador federal Leonardo Resende Martins, argumenta que é de competência das autoridades locais - no caso, o Porto de Suape - se opor à atracação de embarcações "diante de riscos ambientais e sanitários relevantes", uma vez que União, estados, Distrito Federal e municípios têm competência para "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas". e cita que não foram incluídos no processo atos formais da Capitania dos Portos ou outra autoridade federal que permita a atracação forçada da embarcação no porto.

O desembargador ainda acrescentou as notas técnicas da Diretoria de Licenciamento Ambiental da Agência Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) e da Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Complexo Industrial Portuário do Suape, que apontam a presença de materiais perigosos no navio, como amianto e mercúrio, que oferecem riscos de contaminação dos ambientes marinhos e estuários da costa de Pernambuco.

O casco do antigo porta-aviões está contaminado com amianto, substância tóxica e cancerígena, movo pelo qual nenhum porto aceita recebê-lo. A suspeita é que exista ao menos 10 toneladas da substância, além de resíduos que podem ser radioativos. Mas a Marinha, em nota emitida em outubro, informou que a quantidade de amianto existente na embarcação não oferece riscos à saúde.

O fato é que, com o impasse formado, fica indefinido o destino do casco do São Paulo, que permanecerá fundeado ou navegando pela costa brasileira. E essa situação não pode perdurar, até pelo risco de, diante de uma tempestade ou da ocorrência de algum incidente, ele naufragar.

Cabe à empresa SOK definir uma solução definitiva a esse problema, em um processo que pode ser auxiliado pela Marinha do Brasil - que não tem mais responsabilidades sobre o casco, mas está inevitavelmente envolvida nesse impasse. Uma resposta certa e célere deve ser dada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

CONFIRMADOS 1

O presidente nacional do MDB, o deputado federal reeleito Baleia Rossi (SP), confirmou ontem, dia 28, que o senador eleito por Alagoas, o ex-governador Renan Filho, e Jader Filho serão ministros no futuro governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Eles vão comandar as pastas dos Transportes e das Cidades, respectivamente. O pardo ainda terá um terceiro ministério, o do Planejamento, que ficará com a senadora Simone Tebet (MS), não reeleita e indicada na cota do próprio Lula.

CONFIRMADOS 2

Os futuros ministros vêm de famílias políticas poderosas no Nordeste. Renan é filho do senador Renan Calheiros (MDBAL), enquanto Jader é filho do senador Jader Barbalho (MDBPA) e irmão do

governador reeleito do Pará, Helder Barbalho. Os dois se reuniram ontem com Lula e a expectativa é que sejam anunciados hoje, quinta-feira, dia 29.

CONFIRMADOS 3

Com Renan Filho indo para a Esplanada dos Ministérios, sua vaga no Senado será ocupada pelo empresário Fernando Farias (MDB-AL).

CONFIRMADOS 4

O futuro ministro dos Transportes será o quinto governador que estava ou está em final de mandato no Nordeste a integrar o ministério de Lula. Ao seu lado, estão Rui Costa (PT-BA), que chefiará a Casa Civil; Camilo Santana (PT-CE), que irá para a Educação; Flávio Dino (PSB-MA), Justiça; e Wellington Dias (PT-PI), Desenvolvimento Social e Cidadania. E há ainda a governadora do Ceará, Izolda Cely (sem partido), escolhida como secretária-executiva da Educação, e a vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos (PC do B), que ficará à frente de Ciência e Tecnologia. O bloco nordestino ainda contará com Márcio Macêdo (PT-SE), anunciado para a Secretaria geral da Presidência; José Múcio (sem partido), Defesa; e Margareth Menezes (sem partido), Cultura.

ESG NA B3

A operadora portuária Santos Brasil anunciou ontem que irá integrar, no próximo ano, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, a bolsa de valores brasileira. O objetivo do ISE é ser um indicador do desempenho médio das cotações das ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade, apoiando os investidores na tomada de decisão de investimento. É o primeiro índice voltado à sigla ESG na América Latina e o quarto maior do mundo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2022

NACIONAL - ULTRACARGO INVESTE EM TERMINAIS DO NORTE E NORDESTE

Empresa busca atender demanda do Arco Norte, que tem crescido três vezes mais do que a média das demais regiões

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



No ano passado, a Ultracargo adquiriu um terminal localizado no Porto de Vila do Conde, no Pará, inaugurando sua presença no Norte brasileiro

A Ultracargo, empresa independente de armazenagem de grãos líquidos, tem feito investimentos em terminais nas regiões Norte e Nordeste para atender a uma demanda que, segundo a companhia, tem crescido três vezes mais do que a média das outras regiões do Brasil.

No ano passado, a empresa adquiriu um terminal localizado no Porto de Vila do Conde, no Pará, inaugurando sua presença no Norte brasileiro. O avo é capaz de armazenar 110 mil metros cúbicos de grãos líquidos, com foco em combustíveis, e a capacidade já está totalmente contratada.

O local tem 17 tanques, além de um píer com dois berços de atracação e calado de 14 metros, o que permite a chegada de navios de grande porte e barcas, e a realização simultânea de operações marítimas e rodoviárias.

Junto a outras iniciativas, o novo terminal faz parte do plano de expansão da companhia que fortalece o Arco Norte, território formado pelos portos de Santarém (PA), Santana (AP), Itaqui (MA), Ilhéus (BA), além de terminais como o de Vila do Conde (PA) e Ponta da Montanha (PA).

No primeiro semestre deste ano, o Arco Norte foi responsável por 51% da movimentação da soja e de milho do país, um resultado inédito que, até então, era comumente registrado pelos portos da região sudeste. Os dados são da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Já no Porto do Itaqui, onde a Ultracargo também opera um terminal, a capacidade de armazenagem triplicou de 2018 em diante.

Com as expansões em andamento, a capacidade estática média da empresa aumentou 9% no terceiro trimestre de 2022, em relação ao mesmo período do ano passado.

Até 2026, a empresa prevê a conclusão das obras de instalação de mais um terminal no Porto do Itaqui, elevando a capacidade de armazenagem local em mais 79 mil m³, além dos atuais 155 mil m³.

“Investir na logística brasileira é necessário, mas não vem sem desafios. Neste período de expansão enfrentamos mudanças de cenário com pandemia, guerra na Ucrânia, oscilações de preços de combustíveis e inflação. O fato de termos uma carteira ampla de clientes e muitos contratos de médio a longo prazo permitiu que o nosso negócio não fosse afetado por essas oscilações”, explicou Décio Amaral, presidente da Ultracargo.

O executivo também destacou a necessidade de implementar ferramentas de automação que trazem maior eficiência às operações, reduzem custos e aumentam a produtividade.



No Porto do Itaqui, onde a Ultracargo também opera um terminal, a capacidade de armazenagem triplicou de 2018 em diante

ARCO NORTE

Ano a ano as regiões Norte e Nordeste vêm crescendo em participação na movimentação portuária. Em relação ao volume de grãos, em 2010, apenas 23% da soja e milho eram movimentadas pelo arco, contra 77% das demais regiões, cenário bem diferente do atual.

Um dos motivos do bom desempenho é a localização geográfica dos portos do Arco Norte, que ficam a uma distância menor dos portos da Europa e da Ásia e têm recebido mais infraestrutura de transporte e instalação de terminais nos últimos anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/12/2022

REGIÃO NORDESTE - JUSTIÇA NEGA RECURSO DE EMPRESA PARA ATRACAR PORTA-AVIÕES EM SUAPE

Movo é a presença de materiais tóxicos no casco da antiga embarcação

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O casco do antigo porta-aviões da Marinha está contaminado com amianto, substância tóxica e cancerígena, movimento pelo qual nenhum porto aceita recebê-lo

O REBOCADOR ESTÁ VAGANDO PELA COSTA PERNAMBUCANA DESDE OUTUBRO E, COM A DECISÃO DA JUSTIÇA, SEGUE IMPEDIDO DE ATRACAR NO PORTO DE SUAPE

A Justiça Federal negou ontem (28) o pedido feito pela empresa turca SOK para reverter a proibição de atracação no Porto de Suape (PE) do rebocador que carrega o casco do porta-aviões São Paulo, devido à presença de materiais tóxicos. A embarcação foi utilizada pela Marinha do Brasil no passado.

O rebocador está vagando pela costa pernambucana desde outubro e, com a decisão, segue impedido de aportar. O parecer foi assinado pelo desembargador federal Leonardo Resende Martins, que acatou os argumentos do Porto de Suape.

No texto, o magistrado diz que, de forma geral, é de competência das autoridades locais se opor à atracação de embarcações "diante de riscos ambientais e sanitários relevantes", já que a União, os estados, o Distrito Federal e municípios têm competência para "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas".

O juiz revela ainda que não foram incluídos no processo atos formais da Capitania dos Portos ou outra autoridade federal que permita a atracação forçada da embarcação no porto.

Acrescentou também as notas técnicas da Diretoria de Licenciamento Ambiental da Agência Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) e da Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Complexo Industrial Portuário do Suape, que apontam a presença de materiais perigosos no navio, como amianto e mercúrio, que oferecem riscos de contaminação dos ambientes marinhos e estuários da costa de Pernambuco.

"Mais uma vez, a falta de pronunciamento das autoridades federais faz prevalecer, ao menos nesta etapa preliminar, a linha argumentava do Estado de Pernambuco e do Complexo Industrial Portuário do Suape", disse Resende Martins.

Outro ponto destacado na decisão foi a falta de informações concretas sobre a quantidade de amianto presente no porta-aviões e a presença de materiais radioativos, como o cádmio.

O advogado Zilan Costa e Silva, porta-voz da empresa MSK Maritime Services & Trading, responsável pelo transporte da carga, e da SOK, dona da sucata, disse que recebeu a notícia da decisão com naturalidade.

"Assim que analisarmos adotaremos as medidas adequadas, se necessárias", disse.

Mas, questionou que "se a questão é o amianto, todas as embarcações que o possuem não deviam estar na mesma condição que nós? E sem poder ir a nenhum outro lugar, sem poder atracar em Pernambuco ou qualquer outro porto. Até quando as autoridades brasileiras esperam que essa situação possa ser mandada?".

O CASO

O casco do antigo porta-aviões da Marinha está contaminado com amianto, substância tóxica e cancerígena, movimento pelo qual nenhum porto aceita recebê-lo. A suspeita é que exista ao menos 10 toneladas da substância, além de resíduos que podem ser radioativos.

Em nota emitida pela Marinha em outubro, o órgão afirmou que a quantidade de amianto existente hoje na sucata do porta-aviões não oferece riscos à saúde.

Explicou também que o casco foi vendido em processo de licitação ao estaleiro turco em abril de 2021, já que a empresa seria credenciada e certificada para realizar a reciclagem ambientalmente segura do material.

Mas, quando a sucata seguia viagem em direção à Turquia, foi impedida de passar pelo Estreito de Gibraltar após o Ministério de Meio Ambiente do país turco suspender o consentimento para a importação do bem ao ser alertado por organizações ambientais, como o Greenpeace, da existência de material tóxico na embarcação.

A parr dessa decisão, o Ibama suspendeu a autorização que havia sido emitida para a exportação e determinou o regresso do casco para o Brasil.

Quando a embarcação estava chegando ao Rio de Janeiro, a Marinha a proibiu de atracar no Estado e determinou que fosse feita uma vistoria no Porto de Suape. Porém, a estatal que administra o porto pernambucano recorreu à Justiça e disse que a Marinha não esclareceu qual o motivo de a vistoria não ser feita no estado fluminense.

Desde então, o navio não consegue autorização para atracar em nenhum porto e segue vagando pelo Oceano Atlântico.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 29/12/2022

REGIÃO NORDESTE - REFORMA DE ARMAZÉNS DO PORTO DE CABEDELLO ESTÁ 45% EXECUTADA

Estruturas recebem granéis sólidos como ilmenita, petcoke e bentonita
Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Os armazéns estão recebendo reforço estrutural, instalação do telhado, concretagem do piso, execução da parte elétrica e pintura

A reforma que está sendo feita nos armazéns 01 e 07 do Porto de Cabedelo (PB) está 45% executada, segundo o setor de Engenharia do complexo. Os dois equipamentos são destinados para granéis sólidos como iemenita, petcoke e bentonita.

Os trabalhos fazem parte das obras de requalificação da área primária do porto paraibano e estavam previstas no Pacote de Investimentos anunciado no início deste ano, num valor total de R\$ 350 milhões, dos quais R\$ 3,5 milhões foram direcionados para melhorias nos armazéns.

A requalificação é fruto das parcerias público-privadas (PPP) firmadas entre a Companhia Docas da Paraíba (CDP), que administra o complexo, e a arrendatária Nordeste Logística, que venceu o leilão de três áreas no porto em 2019.

Nicholas Ferreira, engenheiro do Porto de Cabedelo, explicou que no Armazém 07 todo o reforço estrutural já foi feito e agora ocorre a instalação do telhado. Em seguida, o local receberá serviços de concretagem do piso, execução da parte elétrica e, por fim, a pintura.

Já no Armazém 01, segundo Ferreira, 50% do reforço estrutural já foi feito e aconteceu em paralelo com a instalação do telhado. Assim como no Armazém 07, os próximos passos são concretagem do piso, parte elétrica e pintura.

Gilmara Temóteo, diretora-presidente da Companhia Docas da Paraíba, explicou que a expectativa é investir mais de R\$ 24 milhões na requalificação da área primária.

“Parte desse montante já foi aplicado em algumas ações, como a nova subestação, rede elétrica e torres de iluminação; nova rede de drenagem e abastecimento hidráulico e a pavimentação de toda Área Primária”, diz Gilmara.

Além dos dois armazéns em reforma, Cabedelo conta com mais três armazéns, área de silos e pátio de contêineres.

LEILÃO

O consórcio Nordeste, composto pelas empresas Raízen, Ipiranga e BR Distribuidora, arrematou três áreas do porto paraibano que foram a leilão em março de 2019 por R\$ 54,5 milhões.

No total, o pagamento de outorgas gerou uma arrecadação de R\$ 219,5 milhões ao governo brasileiro, conforme informado pelo Ministério da Infraestrutura.

Os terminais leiloados na Paraíba são classificados como “brownfield”, ou seja, são empreendimentos que já funcionam, mas necessitavam de melhorias operacionais e de infraestrutura, como as reformas que estão sendo feitas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2022

REGIÃO SUDESTE - TOLERÂNCIA PARA CHEGADA DE CAMINHÕES AO PORTO DE SANTOS CAIRÁ PARA 3 HORAS

Norma que reduz prazo após a janela de agendamento vale para caminhões de contêineres e carga solta

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br



Sindisan diz que redução da tolerância desagrade transportadores de carga

“A PARTIR DE DOMINGO, QUANDO ENTRARÁ EM VIGOR A NOVA FASE, VAMOS ESTAR ATENTOS AOS RELATOS DAS EMPRESAS ASSOCIADAS E, CASO SURJAM PROBLEMAS, VAMOS RELATAR ÀS AUTORIDADES COMPETENTES PARA BUSCAR SOLUÇÕES”

ANDRÉ LUÍS NEIVA
presidente do Sindisan

Caminhões que transportam contêineres e carga solta passam a ter tolerância de três horas na chegada ao Porto de Santos (SP) a partir de 1º de janeiro. O prazo conta após a janela de agendamento (uma mais três = quatro horas). A medida faz parte de norma imposta pela Autoridade Portuária de Santos (SPA) que está em vigor desde 1º de outubro.

A SPA informou que esta alteração é a segunda fase prevista na Norma da Autoridade Portuária (NAP). Até então, os terminais portuários marcavam um horário no agendamento com a SPA e tinham limite de até cinco horas para receber veículos. A partir de 1º de outubro até dia 31 de dezembro, este limite caiu para quatro horas. A partir do dia 1º de janeiro até dia 1º de abril, será de três horas e, após este prazo, será de duas horas além do horário estipulado.

Para os caminhões de grãos vegetais sólidos não há alteração, pois as cargas chegam de distâncias que exigem dias de viagem. O ajuste do período agendado é feito com a parada obrigatória em pátios reguladores fora do porto, para evitar que os transportadores formem filas nas rodovias ou mesmo nas avenidas de acesso ao complexo portuário. Os caminhões ficam estacionados aguardando a chamada aos terminais. A janela para estas cargas continua sendo de seis horas.

Em novembro, o diretor de Operações da SPA, Marcelo Ribeiro, explicou que a nova portaria visa otimizar vagas de agendamento que não eram utilizadas. “Considerando que uma das maiores demandas dos transportadores é a falta de janelas para agendamento nos terminais, essa medida irá gerar grande impacto na logística do Porto”, declarou à época.

Porém, o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), André Luís Neiva, disse que a norma desagradou os transportadores. “Desde que foi anunciada, esta medida da SPA causou descontentamento junto aos transportadores, já que o período total de janela mais tolerância anterior, que era de cinco horas, dava uma tranquilidade um pouco maior. Entre outros problemas, nossas dificuldades de acesso causam muitos atrasos e transtornos, que impossibilitam o cumprimento de prazos restritos”, explicou.

Entretanto, Neiva afirmou ainda que o sindicato tem acompanhado a situação. “O Sindisan está acompanhando a situação de perto desde o início e teve a garantia, por parte dos terminais, de que haveria mais janelas disponíveis após a redução na tolerância. Temos participado de reuniões periódicas, coordenadas por membros da SPA, com o objetivo de avaliar cada nova alteração. A partir de domingo, quando entrará em vigor a nova fase, vamos estar atentos aos relatos das empresas associadas e, caso surjam problemas, vamos relatar às autoridades competentes para buscar soluções”, concluiu.

Agendamento

O agendamento da chegada de cargas por via rodoviária foi implantado em 2014 pela então Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), hoje SPA, buscando solução para os congestionamentos que se formavam nas rodovias de acesso e entorno do porto, especialmente na chegada de safra.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2022

PORTUGAL - PORTO DE LISBOA É ALVO DE ATAQUES HACKER NO NATAL

Ciberataque não comprometeu atividade operacional, informou a Autoridade Portuária

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

O Porto de Lisboa, em Portugal, foi alvo de um ataque hacker no último dia 25 de dezembro, informou em nota a APL, Autoridade Portuária que administra o complexo. O Centro Nacional de Cibersegurança e a Polícia Judiciária foram acionados e estão investigando o caso. Não houve impactos na atividade operacional do porto, afirmou a APL.

No comunicado, a empresa diz que todos os protocolos de segurança foram rapidamente ativados, assim como as medidas de resposta previstas para este tipo de ocorrência.



A administração do porto afirmou ainda que está trabalhando em parceria e “estreita articulação” com todas as entidades competentes, no sentido de garantir a segurança dos sistemas e respectivos dados.

Localizado entre o rio Tejo e o Oceano Atlântico, o Porto de Lisboa é o principal terminal de transporte marítimo de Portugal

O Porto de Lisboa é o principal terminal de transporte marítimo de Portugal. Está localizado entre o rio Tejo e o Oceano Atlântico, o que lhe possibilita receber navios de qualquer porte, como os transoceânicos ou de modalidades desportivas.

Em posicionamento estratégico, atende às cadeias logísticas do comércio internacional e também o setor turístico, com os cruzeiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

TRIBUTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ANIMA MERCADO, MAS PODE IMPACTAR BOLSO DO CONSUMIDOR

Fim da desoneração sinalizada por Haddad traz alívio ao cenário fiscal, mas é vista com preocupação por entidades do setor

Por Glauce Cavalcanti e Letycia Cardoso — Rio



No bolso: CBIE calcula que volta de tributos vai elevar o litro da gasolina em R\$ 0,69 Lucas Tavares/O GLOBO

A sinalização do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que a desoneração de impostos federais sobre combustíveis não será prorrogada foi bem vista pelo mercado, pois permitirá aumento da arrecadação pelo governo federal em um cenário de aperto fiscal. O Ibovespa, o principal índice da B3, encerrou ontem em alta de 1,53%, aos 110.236 pontos, enquanto o dólar recuou 0,61%, a R\$ 5,2533.

Por outro lado, a medida vai impactar o bolso do consumidor. O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) calcula que a retomada da cobrança de PIS/Pasep e Cofins a partir de janeiro vai elevar o preço da gasolina em R\$ 0,69 por litro; o do etanol, em R\$ 0,26; e o do diesel, em R\$ 0,33.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis) afirma ser contrária à volta da cobrança em janeiro, posição compartilhada pelos 34 sindicatos filiados do setor.

— Vemos com preocupação a medida. O possível retorno da cobrança dos impostos federais sobre combustíveis em janeiro trará aumento de preço na refinaria, na distribuição e na revenda, enquanto vínhamos assistindo retomada nas vendas, com a população impactada positivamente — afirma James Throp Neto, presidente da Fecombustíveis.

Alívio nas contas públicas

A Bolsa iniciou as negociações ontem operando no positivo, repercutindo o anúncio de Simone Tebet para o Ministério do Planejamento. À tarde, a aceleração do índice foi motivada pelo anúncio de Haddad sobre combustíveis e por uma proposta de emenda à Constituição deixada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, divulgada primeiramente pelo Estadão, que condicionaria gastos fora do teto à geração de receitas com privatização, concessões e reforma fiscal.

Para Gabriel Meira, sócio da Valor Investimentos, o movimento de Haddad sinaliza retorno ao “livre mercado”:

— As oscilações de preços voltariam, o que seria positivo por aumentar a arrecadação. Por outro lado, os preços mais elevados podem impulsionar a inflação. Se isso ocorrer, já vemos o IPCA de janeiro subindo de 0,5% para 0,8%.

Rafael Pacheco, economista da Guide Investimentos, atribui a aceleração da alta do Ibovespa à indicação de maior controle fiscal em 2023, com o fim da desoneração dos combustíveis:

— Por mais que aumente a inflação em 2023, isso ajuda a diminuir a pressão nas contas públicas no longo prazo.

Pacheco citou ainda a entrevista de Haddad à colunista do GLOBO Míriam Leitão, na qual o futuro ministro disse que cortará gastos e que o déficit de 2023 será menor do que o previsto.

Alíquota única de ICMS

Outro ponto é a entrada em vigor, em abril, da cobrança de alíquota única e monofásica do ICMS sobre cada tipo de combustível. O imposto passa a incidir apenas uma vez e no início da cadeia, com alíquota definida por unidade, ao invés de por valor, como é hoje.

Na semana passada, os estados, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), fecharam acordo para cobrança de alíquota única de ICMS para gás de botijão (GLP), diesel e biodiesel.

“Enquanto o governo não define essa questão tributária, a partir de 1º de janeiro todos os combustíveis poderão aumentar, com o retorno dos impostos federais e estaduais — que traz de volta o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) —, que é a base de cálculo do ICMS, e que passa por reajuste a cada 15 dias, podendo impactar no preço final de bomba”, diz a Fecombustíveis em nota.

— A medida que altera a base de cálculo do ICMS no diesel expira dia 31. Deixa de valer a média de preço ao consumidor apurada nos últimos cinco anos, voltando a flutuar quinzenalmente — diz Throp.

Até abril, porém, os estados poderão optar por manter o uso da média de preço dos últimos cinco anos, antecipar a alíquota teto ou retornar ao PMPF, segundo o Confaz.

Para o Instituto Combustível Legal (ICL), a simplificação tributária trará melhoria ao ambiente de negócios e contribuirá para o fim das distorções concorrenciais: “A essencialidade dos combustíveis autoriza a manutenção das alíquotas reduzidas pelas Emendas Constitucionais. A redução dos tributos incidentes também reduz o benefício para os sonegadores e inadimplentes que se utilizam de elementos protelatórios para sonegar e reduzir a capacidade de investimento dos Estados.”

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2022

HADDAD: 'NESTE MOMENTO, O MAIS IMPORTANTE É HARMONIZAR POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA'

Futuro ministro da Fazenda defendeu reindustrialização com tecnologia de ponta e ambientalmente sustentável e prometeu diversidade na equipe

Por Míriam Leitão — Rio



Fernando Haddad, futuro ministro da Fazenda
Cristiano Mariz/Agência O Globo

Em longa entrevista ao GLOBO, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que teve com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, “um diálogo maduro”, elogia a senadora Simone Tebet, defende a reindustrialização com tecnologia de ponta e ambientalmente sustentável e promete diversidade na equipe.

A sua equipe foi criticada, inclusive por mim, de ser muito homogênea. Do ponto de vista do pensamento econômico. Outro tipo de homogeneidade, exceto a PGFN, os outros são todos homens brancos, quase todos paulistas.

Hoje (ontem) eu anuncio duas mulheres, uma negra e uma branca para a minha assessoria direta. Tatiana (Rosito) uma diplomata, morou dez anos na China e uma procuradora que vai ser acompanhar os atos normativos que eu assino (Fernanda Santiago). A procuradora acompanhará todos os atos normativos que eu assino. Então, todos os homens brancos que você citou receberam orientação de compor suas equipes com a maior pluralidade possível.

Por que que o senhor mesmo não seguiu isso?

Eu não terminei de montar a equipe ainda. Tinha uma mulher, agora tem mais duas. São três mulheres. Eu sei que a adjunta do Tesouro será mulher. Acabei de receber o currículo dela, que já está escolhida pelo Rogério Ceron. E todos os secretários estão orientados nessa mesma direção.

A equipe, quando estiver formada, vai passar por esse crivo, e nós podemos melhorar ao longo do tempo. A largada vai ser boa, mas isso não significa que nós vamos nos acomodar.

E sobre a ideia do pensamento homogêneo?

O que não pode ser homogêneo é o governo. Então, nós já temos o Alckmin no Desenvolvimento, que tem um tipo de pensamento. No Planejamento haverá uma visão de economia diferente da que foi defendida durante a eleição, mas foi uma aliança de segundo turno. Mas há diferenças na equipe.

Não consigo pensar em duas pessoas que pensam mais diferente do que o Guilherme Melo e o Bernard Appy, por exemplo. São pessoas muito diferentes. O Rogério Ceron e o Galípolo.

O Appy vai ficar com uma função específica, a reforma tributária. O Guilherme Melo está na formulação na Secretaria de Política Econômica.

Então, lá tem ministro economista. Eu não sou economista de profissão, mas sou de formação. O segundo é um presidente da República, que é quem já governou este país por oito anos com um jeito que eu concordo na economia. Eu concordo com a maneira do Lula conduzir o processo, política e economicamente falando.

E, terceiro, que eu não trabalho com esses compartimentos. Eu não vou inaugurar uma forma de trabalho. A minha equipe trabalha em uma mesa, toda em uma mesa. Cada um tem as suas tarefas específicas, mas as decisões, o rumo das coisas, são tomadas em um colegiado. Um vai dar palpite na área do outro porque a gente opera de forma colegiada, todo mundo remando para o mesmo lado.

Simone Tebet, a futura ministra do Planejamento, se cercou de liberais na campanha. Como é que essas divergências serão tratadas se ela for confirmada ministra?

O presidente fez uma reunião conosco na terça-feira, às 15h, durante uma hora e meia. Simone tem minha simpatia pessoal é uma pessoa transparente, que vai colocar, somar e refletir junto. E ela falou que em mais de 90% da agenda ela e eu chegaríamos à mesma conclusão. E, naquilo que porventura houver divergências, há uma instância de arbitragem, que é a Presidência da República. Nós vamos estar juntos no Conselho Monetário Nacional, na Camex, em tantas instâncias colegiadas.

Eu não acredito muito em cartilha, principalmente na política econômica. É diferente escrever um artigo para revista especializada, um exercício intelectual. Outra coisa é quando você tem que tomar decisões, às vezes em 24 horas.

Quem tem uma postura dogmática em relação a uma escola de pensamento e não sai daquele quadrado nem quando as evidências demonstram, tem pouca sensibilidade. Não tenho nada contra a escola de pensamento econômico, transito por todas.

Um governo é uma coisa complexa, levar uma política econômica à frente é uma coisa complexa. Orientar expectativas é uma coisa complexa. Por isso que o cargo de ministro, muitas vezes, compete a uma pessoa que tem, além de um conhecimento técnico, uma visão política do processo.

Nós fizemos uma nota técnica, mostrando que as despesas não subiriam como proporção do PIB e isso ajudou a convergir na aprovação da PEC. Chegamos a um denominador comum que deu até 366 votos.

Como o governo está entendendo o papel do Ministério do Planejamento?

A nossa tese, minha e de Rui Costa, com o presidente acabou fazendo desaparecer a Secretaria de Assuntos Estratégicos. As funções serão executadas pelo Ministério do Planejamento, porque tudo o que ele não fazia era planejar que tem que ter uma visão de médio e longo prazo. Pensar na infraestrutura e na logística do país, nos setores econômicos de ponta no Brasil podem ser favorecidos com investimentos públicos.

Vai fazer um review do orçamento, checar o que está produzindo efeitos concretos e benéficos para a população. Não se pode ter medo de rever programas, não pode ter medo de redesenhar programas. Tem que usar mais o Ipea, tem que usar mais o IBGE, Dataprev, Data SUS. Nós temos um manancial de micro dados. Hoje, a nossa microeconometria é boa. Nós podemos usar a inteligência disponível para fazer uma revisão.

Então a ideia é fazer uma revisão de programas para saber a sua eficiência? Rever gasto por gasto para saber da eficiência ou não?

Essa é uma atribuição do Planejamento, que eu espero que prospere. Fazer um pente fino em todos os planos.

O FIES deixou um grande déficit. O objetivo era bom, mas ele deixou um déficit muito grande.

Quando eu era ministro, eu tinha feito um planejamento de um FIES com o fundo garantidor para 150 mil contratos. Por que que ele avançou com esse número? Eu não estava mais no Ministério da Educação. Mas, cá entre nós, 150 mil contratos são pouco para o Brasil.

A sua relação com a Marina é sabidamente boa, mas suas decisões serão impactadas pelas ideias dela?

Marina nos disse que a agenda teria que nos trazer um padrão de desenvolvimento completamente novo. No Brasil, as fontes de energia novas, como o hidrogênio, a eólica, têm um potencial é incrível. Se for reindustrializar o país, não pode ser nos velhos moldes dos anos 70, 80. A gente tem que pensar em fronteira, que é onde a gente pode ter alguma vantagem. A indústria automobilística tem

que fazer carro elétrico, ônibus elétrico. A questão do hidrogênio verde. O Brasil pode desenvolver um padrão de desenvolvimento novo e, na minha opinião, só é possível a partir de uma visão ambiental.

O que o governo está pensando em fazer na Eletrobras?

Eu não participei desse debate ainda.

Há ideia de acabar com a paridade de preços internacional na Petrobras?

Isso não foi discutido com a equipe. Foi falado na campanha, mas tem que ver qual é o modelo. Certamente, esse é um assunto de primeira hora do governo por conta da questão tributária.

E o fundo de estabilização para preços?

Isso é uma discussão que estava no Congresso, né? Então, a área econômica evidentemente vai participar da discussão e a gente precisa estar bem calçado tecnicamente para opinar.

Na privatização da Eletrobras foi colocado o jabuti das térmicas. Isso será revisto?

Acho que é unânime entre os entendidos que o modelo foi mal feito. Não vi ninguém falar "isso aqui está ótimo". Mas, no calor da discussão, pensaram "é melhor vender assim mesmo do que não vender". O que é um erro.

A empresa foi vendida por R\$ 30 bilhões, e gastaram o dinheiro em 15 dias num processo eleitoral pra comprar voto. Isso me dói a alma porque eu sei o trabalho que deu pra muitas gerações construir essa empresa.

Por que mudar a lei das estatais?

Aquela iniciativa foi da Câmara, não partiu do governo de transição. Eu testemunhei o presidente perguntando o que tinha acontecido, porque ele ficou contrariado com a maneira como aconteceu. Chegaram a tentar vincular aquela mudança ao anúncio do Mercadante como presidente do BNDES, o que é uma falácia porque o Mercadante poderia ser presidente do banco com a velha lei. É uma história que ainda está por ser esclarecida, na minha opinião.

Qual sua impressão da lei?

Ela tem dispositivos muito genéricos e isso não é bom.

O que está por trás da discussão da lei das estatais é o temor de ocupação política das diretorias das empresas?

A maioria dos condenados por corrupção, eram [funcionários] de carreira das empresas estatais, né? Eu sei que é importante blindar. Não estou negando que seja importante, mas é muito importante a governança corporativa, um bom compliance.

Bolsonaro atropelou a governança da Petrobras inúmeras vezes. Vocês vão respeitar o estatuto da empresa?

Isso que eu me referia. Um compliance bom é uma garantia maior que tudo, porque é o dia a dia da empresa. Então, os critérios são importantes, mas eles não dispensam um bom compliance. Então, preservar um compliance de qualidade é muito importante. Pra mim, é mais importante ou tão importante do que os critérios de escolha.

A economia está desacelerando. O que o Ministério da Fazenda vai fazer para evitar esse ambiente?

A economia foi desorganizada com fins eleitorais. Agora os agentes esperam do próximo governo as sinalizações corretas pra saber em que barco nós estamos. A impressão que eu tenho é que nós temos uma oportunidade. Que está desacelerando, está.

Teve uma pequena mexida nas projeções de crescimento para melhor o ano que vem. Pessoal estava trabalhando com 0,5% e agora está trabalhando com 0,9%. Nós vamos mirar mais de 1%.

Isso não significa que não possamos corrigir rumo. Nós vamos tomar medidas e vamos observar a reação.

Por isso que eu usei a figura do timoneiro. Ele faz um movimento, mas, se de repente ver uma onda, ele sabe aonde ele quer chegar.

Há a ideia de que aumento do gasto público, gera um aumento do consumo, que gera um crescimento, que aumenta a arrecadação e resolve o problema do déficit público. Você acha que esse é o círculo?

Em que circunstância? Em alguns momentos estímulo fiscal é importante ou não? Nesse momento, o mais importante é harmonizar a política fiscal e a monetária pra ter uma política econômica consistente. A política fiscal expansionista é sempre errada? Não, quando você está numa depressão ela não é. Muita gente critica o presidente Lula pela reação à crise de 2008, e eu aplaudo. Naquelas circunstâncias, eu faria a mesma coisa.

Quando a economia virou, em 2010, ela continuou expansionista.

Na época, houve uma mudança estrutural. O cenário internacional mudou. Era a hora de fazer também uma mudança estrutural interna, mas se avaliou que aquela crise estava se dissipando. E não estava se dissipando...

Não é o Lula dois que contradiz o Lula um. O Lula dois enfrentou virtuosamente um cenário desconhecido à época. Não se sabia a dimensão do problema. A partir de 2010, você cresce 7,5% e começa a mudar estruturalmente a economia. O ciclo de commodities acaba depois de 2012, então aquela maneira de entender a economia tinha que ter sido alterada junto. Então há críticas a desonerações...

Toda vez que se pergunta a alguém do PT sobre crítica ao governo Dilma, a crítica admitida é às desonerações. Mas houve outros erros não? Esses erros levaram à recessão e inflação. Vários itens se conjugaram de maneira inoportuna. A administração de preços, tarifa de ônibus nas capitais, a maneira como nós compramos a agenda da Fiesp em relação ao preço da energia, a chamada agenda Fiesp. Quase uma fraude aquilo, né? Aceitamos quase acriticamente.

E administração de preços de combustíveis?

Administração de preços em geral. Discutimos até tarifa de uma cidade. Então, ali foi uma conjugação de medidas que produziram um efeito ruim. Mas houve também uma responsabilidade compartilhada com a oposição, que começou a aprovar, segundo o senador Tasso Jereissati, pautas-bomba pra criar o ambiente do impeachment.

O presidente Lula foi eleito pra resolver uma crise que começou em 2013. As pessoas que têm compromisso com a liberdade, com a democracia, com a justiça social, devem colocar um pouco sua diferença de lado e fazer o que precisa ser feito pra evitar esse desastre que aconteceu, que é o governo que se encerra.

Mas houve também uma responsabilidade compartilhada com a oposição, que começou a aprovar, segundo o senador Tasso Jereissati, pautas- bomba pra criar o ambiente do impeachment. O presidente Lula foi eleito pra resolver uma crise que começou em 2013. Não por outra razão, naquele ano, quando eu vi a crise da minha janela, eu era prefeito, me aproximei do Alckmin naquele momento.

Se a economia errar, todo esse edifício democrático pode ficar comprometido. Há risco de estarmos apenas adiando a morte da democracia?

Tenho total consciência das responsabilidades desse governo com essa agenda. Me sinto bem cercado, pelo presidente Lula, vice-presidente Alckmin no Desenvolvimento, uma equipe econômica que sabe das suas responsabilidades. Mas isso não significa que a gente não possa errar. Nenhum de nós é teimoso. Nós vamos testar hipóteses.



A gente tem uma crise instalada produzida pelo processo eleitoral em que um governo desesperado fez o que fez. Nós precisamos agora sair desse cenário turbulento que foi criado e vamos sair dessa tempestade.

A Caixa jogou quase R\$ 10 bi nas mãos de beneficiários do Bolsa Família. Como isso será resolvido e como será o Desenrola?

Assim que eu tiver o anúncio das presidentes do BB e da Caixa, isso faz parte do pacote do primeiro trimestre. Isso é uma das bandeiras da campanha, a gente precisa resolver esse problema. Se houvesse a redução dos benefícios a Caixa estaria quebrada.

A reforma tributária será a proposta da Câmara ou do Senado?

Os dois projetos têm por base o trabalho que foi feito pelo Instituto do qual o Appy fazia parte. E ele passou anos da vida deles dedicados exclusivamente a isso. Eu não quero criar uma disputa entre Câmara e Senado porque é ruim até porque começou pela Câmara. A do Senado está mais adiantada. Eu acredito que o dual tenha mais chance. Fala-se muito não em alíquota única, pelo menos não na largada.

Nós vamos sentar com cada uma das casas pra estabelecer qual que é o rito. O objetivo é o sucesso, né? Vamos compartilhar o o sucesso. Há uma chance real de avançar a reforma tributária.

COAF voltando pra Fazenda, tudo bem?

Aquilo ali teve mais a ver com o filho do Bolsonaro do que com uma visão técnica, né? A COAF não é só banco, a COAF é combate à corrupção, uma porção de coisas. Por exemplo, a quadrilha que foi desbaratada lá no Teatro Municipal de São Paulo, só foi desbaratada por causa do COAF. O COAF sempre foi da Fazenda.

Atualização da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física foi promessa de campanha. Quando ocorrerá?

Não cheguei lá ainda.

Haverá a criação do imposto sobre dividendos?

A partir de abril, vou dar andamento às reformas estruturais, começando por regras fiscais e reforma tributária. Que parte da reforma tributária? Impostos indiretos. Essas perguntas dizem respeito a impostos diretos. Não tratarei disso no primeiro momento.

Você falou em subestimação de receita. Será que há mesmo?

Por incrível que pareça, a receita de 2023 está abaixo da receita de 2022. A economia cresceu em 2022. Não vai ter deflação, vai ter menos inflação. Tem gente projetando entre R\$ 30 bi e 120 bilhões de subestimação.

A inflação diminuiu por várias razões, uma parte por causa dessas desonerações. E o cenário de inflação, há o temor de que ela volte a subir?

Diminuiu porque 13,75% de juros é o maior juro real do mundo. Nós estamos com mais de 6% de juros real. É o dobro do segundo maior.

Mas só por causa dos juros ou teve uma interferência nos preços diretamente?

Teve a parte política, política eleitoral, vamos chamar assim. Teve a parte eleitoral, que foi arrebentar com os estados. Nunca se viu, no meio do ano, um presidente fazer (isso). Tomou bilhões dos governadores para fazer populismo. Nem é populismo, isso é eleitoralismo mesmo. Então, ele tem esse efeito, mas tem o efeito da política monetária.

Então a sua previsão é que a inflação vai permanecer mais baixa? Não vai voltar a subir?

O que interessa para a inflação é o seguinte: o cenário projetado. Ela pode ter, num momento ou outro... A curva de médio prazo da inflação é, na minha opinião, decrescente.

Um cenário benigno, então?

Eu acredito que sim. Não sei, tem choque externo. Tem sempre que ficar de olho no que está acontecendo no mundo. A inflação no mundo está muito alta. A inflação americana está acima de 7% (ao ano) ainda, apesar da pancada de juros que eles deram. E a inflação europeia maior ainda, embora com juros menores que nos Estados Unidos.

O juro na Europa está menor com uma inflação maior. O juro nos Estados Unidos está alto e com uma inflação mais alta. Nos dois casos, os juros negativos. O juro nominal é inferior...

Eu sei disso. Mas subindo rápido.

Subindo, mas ainda menor. E, no Brasil, estamos com um juro real que é o maior do mundo hoje. Isso aqui não é juízo de valor, não. Só estou dizendo o que é real.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2022

APÓS ENCONTRO COM LULA, LUPI DIZ QUE SERÁ MINISTRO DA PREVIDÊNCIA E TEVE APOIO DE CIRO GOMES

PDT queria ministério responsável por políticas públicas 'na ponta'

Por Alice Cravo — Brasília



Lula e Carlos Lupi, presidente do PDT Edilson Dantas/O Globo

O presidente do PDT, Carlos Lupi, confirmou nesta quinta-feira que comandará o Ministério da Previdência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e que conta com o apoio "integral" do seu correligionário Ciro Gomes, que acabou a corrida presidencial em quarto lugar fazendo duras críticas ao petista. Lupi será anunciado ainda hoje pelo

presidente eleito.

— Conversei ontem (com Ciro Gomes). Ele apoia integralmente o meu nome e tem as divergências dele de campanha com o presidente Lula mas a hora agora é de ajudar o Brasil. Lula é o presidente eleito, temos que fortalecê-lo para esse momento grave que o Brasil passou e resgatar a democracia e as instituições para que elas funcionem com mais eficiência — afirmou a jornalista na saída do encontro.

No segundo turno das eleições, Ciro Gomes fez uma tímida declaração de apoio a Lula, sem sequer citar o nome do petista em seu discurso, acompanhando a posição do partido. Na ocasião, Ciro afirmou que manifestava o apoio sem pedir cargo em troca.

"Adianto que não pleiteio e não aceitarei qualquer cargo em eventual futuro governo. Quero estar livre ao lado da sociedade, em especial da juventude, lutando por transformações profundas, como as que propusemos durante a campanha", afirmou.

Nesta quinta-feira, Lupi afirmou que ainda não pensa na formação do seu ministério, mas descartou a presença de Ciro Gomes na estrutura. O líder do partido afirmou que o ex-candidato será uma "alma livre".

— O Ciro vai ser uma alma livre. Ele vai fazer cursos, capacitar, vai usar os instrumentos do que ele tem de melhor: suas ideias, sua cabeça, inteligência, para colaborar com o partido e elucidar sobre todos os temas que ele queira.

Lupi foi sondado pela presidente do PT ao Gleisi Hoffmann há duas semanas e recebeu nova ligação da dirigente do partido nos últimos dias, reforçando o convite.

Após o contato de Gleisi, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, também telefonou a Lupi e ambos combinaram o encontro desta quinta-feira para sacramentar o convite.

Embora a bancada do PDT tivesse restrição a legenda assumir um ministério que não fosse responsável por políticas públicas "na ponta", com contato direto com a população, Lupi tem demonstrado a pessoas próximas que está animado com a pasta. Questionado se estava satisfeito com o espaço do partido no governo, Lupi afirmou que não se trata de "ficar ou não satisfeito, se trata de servir a nação".

— Ministério sempre é um desafio, não se trata de a gente ficar ou não satisfeito, se trata de servir a nação. Eu acho que o ministério da Previdência está dilacerado, destruído, com desrespeito ao aposentado. É um desafio. E a minha vida toda foi enfrentar desafios.

Nos cálculos de Lupi, as políticas do ministério terão atuação relevante pois terão reflexo em 35 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), sem contar 1,1 milhão de brasileiros à espera da concessão de algum tipo de benefício da Previdência Social. Segundo Lupi, um dos pedidos feitos por Lula seria a prioridade em terminar com essas filas.

— Ele (Lula) pediu muito empenho para acabar com as filas da previdência, inclusive na questão do auxílio doença, ele quer que os prazos sejam mínimos possíveis e vamos entrar para trabalhar com muita dedicação e dar dignidade, respeito e carinho para os aposentados e pensionistas.

No guarda-chuva do ministério estão órgãos como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DataPrev). Lupi afirmou que pretende "dinamizá-los" e que precisarão de pessoas "técnicas, de origem dos órgãos" em seus comandos.

— São órgãos técnicos, que precisam ter pessoas qualificadas, técnicas de origem dos órgãos para comandá-los. Eu pretendo dinamizá-los, o INSS que é um instrumento para os aposentados precisa ser eficiente, dar resposta imediata, temos que fazer uma grande campanha para acabar com as filas, ampliar as agências, fazer convênios com os estados e municípios.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BRASIL CRIOU 135 MIL EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA EM NOVEMBRO, 57% MENOS DO QUE EM 2021

Apesar de positivo, o resultado de novembro de 2022 no mercado de trabalho formal foi pior que o verificado no mesmo mês do ano passado, segundo dados do governo federal

Por Antonio Temoteo

BRASILIA - O Brasil criou em novembro 135.495 vagas de emprego com carteira assinada, informou o Ministério do Trabalho e Previdência nesta quarta-feira, 28. Para analistas, o número mostra uma desaceleração no mercado de trabalho por causa da alta da taxa básica de juros.

O resultado do mês passado decorreu de 1.747.894 de admissões e de 1.612.399 de demissões.

Apesar de positivo, o resultado de novembro de 2022 no mercado de trabalho formal foi quase 57% menor do que o verificado no mesmo mês do ano passado, quando foram criadas 313.773 vagas.



O mercado financeiro já esperava um novo avanço no emprego no mês, segundo estimativas coletadas pelo Estadão/Broadcast. As projeções eram de abertura líquida de 104 mil a 229.801 vagas em novembro, com mediana positiva de 146 mil postos de trabalho.

Em novembro, indústria de transformação, varejo e construção desaceleraram o ritmo de geração de empregos, enquanto serviços e indústrias extrativas aceleraram. “Setores mais sensíveis ao aperto monetário apontaram desaceleração mais acentuada nos últimos meses, com o setor de serviços mantendo-se como destaque na geração de empregos”, diz o economista do Santander Brasil Gabriel Couto. À frente, o banco espera que a criação de empregos fique em níveis baixos, “considerando os efeitos prolongados de uma política monetária mais restritiva, que já começa a se refletir em setores mais sensíveis ao ciclo como construção e indústria de transformação.”

No acumulado dos onze primeiros meses de 2022, o saldo do Caged já é positivo em 2.466.377 de vagas. No mesmo período do ano passado, houve criação líquida de 3.070.285 postos formais.

Para dezembro, o economista da Rio Bravo Investimentos Luca Mercadante acredita num resultado melhor devido às contratações de comércio e serviços pela questão sazonal de fim de ano, com admissões esporádicas, seguido por nova queda em janeiro, também pela sazonalidade do período.

/ COLABOROU ITALO BERTÃO FILHO

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2022

SERVIDORES PÚBLICOS VÃO PODER COMPROMETER 45% DA RENDA COM CONSIGNADO

Presidente Jair Bolsonaro sancionou uma nova lei que amplia a margem de crédito consignado para servidores públicos federais

Por Luci Ribeiro

O presidente Jair Bolsonaro sancionou uma nova lei que amplia para 45% a margem de crédito consignado para servidores públicos federais. Do total, 5% ficarão reservados exclusivamente para amortização de despesas ou saques de cartão de crédito. No entanto, o trecho que previa que outros 5% deveriam bancar despesas ou saques em cartão consignado de benefício foi barrado por Bolsonaro.

Segundo o governo, a criação de percentual adicional exclusivo para determinadas modalidades de crédito não é recomendável, pois promoveria distorções na alocação de crédito na economia nacional, com potencial para aumentar o custo de crédito de operações com livre destinação de recursos. A lei e o veto estão publicados no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 28.

A lei é resultado da aprovação de projeto de conversão de medida provisória publicada em agosto. Originalmente, a MP ampliava para 40% a margem do consignado para servidores federais. Mas, durante a tramitação do texto, parlamentares decidiram alterar o percentual para 45%. Antes da mudança, o limite era de 35%, dos quais 30% para empréstimos com desconto na folha de pagamento e 5% para o cartão de crédito.

A norma determina que a contratação de nova operação de crédito com desconto automático em folha deve ser precedida do esclarecimento ao tomador de crédito do custo efetivo total e do prazo para quitação integral das obrigações assumidas e de outras informações exigidas em lei e em regulamentos. Além disso, veda a incidência de novas consignações quando a soma dos descontos e das consignações alcançar ou exceder o limite de 70% da base de incidência do consignado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2022

HADDAD QUER TRABALHAR COM TEBET EM REVISÃO DE GASTOS ATRELADA À NOVA REGRA FISCAL

Futuro ministro da Fazenda já defendeu que novo regime fiscal contemple uma regra efetiva de controle de despesas, e não fique focada apenas na volta dos superávits primários

Por Adriana Fernandes

BRASÍLIA - O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e sua equipe vão apresentar um novo arcabouço fiscal em dobradinha com um programa de avaliação e revisão de políticas públicas, entre elas renúncias, subsídios e incentivos fiscais. Haddad defende que o novo regime fiscal tenha uma regra efetiva de controle de gastos. E não se concentre exclusivamente no controle do resultado primário para a volta de superávits nas contas públicas. O resultado primário é decorrente da diferença entre receitas e despesas do governo, sem contar os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

O Estadão apurou que a proposta é trabalhar em conjunto com Simone Tebet, futura ministra do Planejamento, no programa de revisão de gastos, chamado pelos economistas pela sigla em inglês de "spending review".



Haddad quer trabalhar com Tebet em revisão de gastos atrelada à nova regra fiscal Foto: Amanda Perobelli/Reuters

Por trás dessa estratégia está a sinalização dada na terça-feira, 27, por Haddad, em entrevista no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), de que irá apresentar um plano de ajuste fiscal para cobrir o rombo aberto em 2022 nas contas públicas.

Haddad pretende ter um arcabouço fiscal que tenha uma regra que avalie não só quantitativamente o gasto, mas também a sua qualidade, para identificar se as políticas públicas atuais estão dando os resultados esperados ou se é melhor revisá-las e direcionar os recursos para financiar outras despesas.

Como mostrou o Estadão em reportagem publicada nesta quarta-feira, 28, esse plano passa por uma revisão das projeções de receitas de 2023, que estão subestimadas. Haddad quer apresentar o plano de ajuste fiscal nos primeiros dias de janeiro. "Tivemos um cenário do meio do ano para cá muito preocupante, que tem de ser enfrentado", reforçou o ministro. Ele já acenou que vai antecipar a apresentação do projeto de arcabouço fiscal com o compromisso de escutar vários economistas sobre o modelo antes de enviar ao Congresso. A intenção é construir um modelo de consenso.

A ideia é conseguir com a nova regra, que substituirá o teto de gastos, previsibilidade para a trajetória de despesas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e qualidade da avaliação periódica das políticas públicas. Em muitos casos, disse uma fonte do governo de transição, não dá para pensar em separado da reforma tributária que será apresentada pelo novo governo.

'Desoneração dos Combustíveis'

Um dos primeiros testes será a definição sobre o fim da desoneração dos impostos federais incidentes sobre combustíveis. Segundo apurou a reportagem, há consenso na equipe de Haddad que não faz sentido continuar subsidiando o preço dos combustíveis fósseis. A questão em discussão é a velocidade de desmonte no ano que vem desses subsídios criados pelo governo Bolsonaro. A decisão vai levar em consideração o preço do petróleo no mercado internacional e do câmbio.

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva descartou a proposta de o governo atual editar uma proposta para prorrogar por mais um mês a desoneração, que termina oficialmente neste sábado, 31.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 29/12/2022

GOVERNO LULA QUER REVER MODELO DE CONCESSÕES DE RODOVIAS USADO NA GESTÃO BOLSONARO

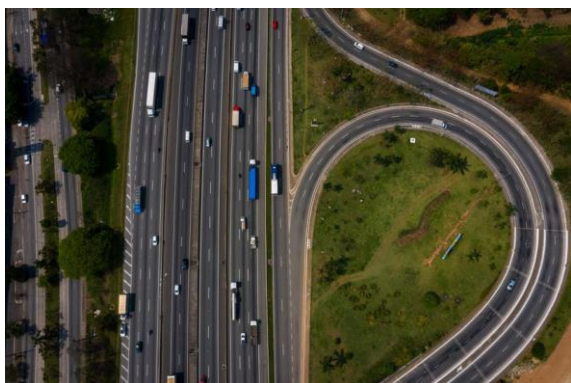
Ideia, discutida no grupo de transição, é voltar a usar o critério de menor tarifa para os pedágios, adotado no governo Dilma Rousseff, mas com aprimoramentos

Por Amanda Pupo

BRASÍLIA - O grupo de Infraestrutura no governo de transição indicou a necessidade de a futura presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) revisar o modelo de leilão de rodovias adotado na administração de Jair Bolsonaro (PL). Pela sistemática atual, as empresas que disputam os leilões podem oferecer desconto na tarifa até um certo limite - se mais de uma ofertar o deságio máximo, a licitação é decidida pela outorga (o valor que as empresas pagam pelo direito de explorar a concessão). É o chamado modelo 'híbrido'. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a avaliação de integrantes do grupo de transição é de que o novo governo deverá retomar os leilões com critério de menor tarifa - sem limite para desconto.

“É preciso considerar a possibilidade de reavaliação de modelos de concessão, como o critério de julgamento nas licitações de rodovias”, aponta o relatório final do gabinete de transição governamental. Apesar de não estar apontado no documento - que é apenas uma síntese das discussões travadas nos grupos de transição técnicos -, o grupo de Infraestrutura debateu alternativas para o que funciona atualmente, de acordo com fontes.

O modelo atualmente em vigor foi implementado em meados de 2020. À época, o Ministério da Infraestrutura alegou que a nova modelagem era necessária para se desviar de fracassos que marcaram a terceira rodada de leilões rodoviários, no governo Dilma Rousseff, quando a média de deságio no valor do pedágio oferecido pelas concessionárias vencedoras chegou a 50%.



Novo governo Lula quer adotar modelo 'híbrido' nas concessões Foto: FELIPE RAU/ESTADÃO

Na avaliação do governo Bolsonaro, a tarifa agressivamente mais baixa acabou se tornando um dos empecilhos para as concessionárias bancarem o cronograma de obras e investimentos. Com isso, veio a ideia de limitar o desconto que as concessionárias poderiam oferecer. A sistemática foi adotada, por exemplo, no leilão da Via Dutra, em São Paulo.

Na transição, no entanto, o entendimento foi outro. Integrantes do grupo defendem que a causa dos problemas nas concessões da terceira rodada foram basicamente os efeitos da operação Lava Jato para as grandes empreiteiras responsáveis pelos projetos e a crise econômica que impactou o Brasil em 2015 e 2016. As modelagens haviam sido estruturadas num ambiente de euforia quanto à economia, cenário que começou a desandar no primeiro ano do segundo mandato de Dilma.

Com a avaliação de que não é necessário manter o modelo de tarifa com desconto máximo, a equipe de Infraestrutura debateu a possibilidade de o governo federal voltar a fazer leilões como antigamente, em que as empresas disputam a administração da rodovia ofertando o quanto podem de desconto no pedágio - sem desempate por outorga.

Também está no radar a hipótese de esse modelo ter aprimoramentos. A resistência política à sistemática atual já deu fruto a uma alternativa que será usada para o projeto de rodovias no Paraná, que será leiloado em seis lotes, numa parceria entre governo federal e estadual. Nele, não existe limitação de desconto na tarifa, mas a empresa vencedora precisará fazer aportes financeiros proporcionais ao deságio que ofertou para o pedágio durante o leilão.

O modelo foi desenhado após a classe política do Paraná resistir ao leilão híbrido criado no Ministério da Infraestrutura, justamente por limitar o desconto no pedágio. O então ministro da pasta, governador eleito de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos), costurou um acordo com o governo e a Assembleia do Estado para tentar frear deságios muito agressivos, vinculando o tamanho do desconto ao volume dos aportes.

Na avaliação de integrantes da transição, no entanto, a curva dos aportes cresce de forma muito expressiva em relação ao tamanho dos descontos - o que poderia coibir a participação de mais empresas no leilão.

No caso do Paraná, integrantes da transição defendem que apenas ajustes pontuais sejam feitos no projeto mais adiantado, já que o Tribunal de Contas da União (TCU) já aprovou os estudos para a licitação dos lotes 1 e 2 das rodovias. O temor é de que mudanças profundas atrasem ainda mais os leilões no Estado. Mas o assunto ainda é alvo de discussões. A decisão sobre se haverá ou não modificações - e qual o nível de ajustes -, no entanto, caberá ao futuro ministro dos Transportes e ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O nome mais forte para assumir a pasta é o do ex-governador de Alagoas, Renan Filho (MDB).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2022

SETOR DE ENERGIA SOLAR PRESSIONA POR AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE BENEFÍCIOS PARA INSTALAÇÃO DE PAINÉIS

Extensão do prazo para obtenção dos subsídios por seis meses foi aprovado na Câmara, mas não foi votado no Senado; com isso, data de término do programa foi mantida para 6 de janeiro

Por Luciana Collet

Apesar da frustração de o Congresso não ter votado o projeto de lei 2703/2022, que estende até 2024 o incentivo para produção de energia própria, empresários do setor de geração distribuída ainda têm esperança de que a mudança possa ocorrer ainda este ano. A pressão é para que ação seja tomada permitindo a postergação da vigência das novas tarifas, seja ainda pelo Congresso ou até mesmo por meio de uma medida do novo governo.

O PL chegou a ser aprovado na Câmara, onde a proposta original que previa a postergação por um ano foi reduzida a seis meses. O texto chegou a entrar na pauta do Senado, mas não foi votado, em meio à pressão contrária por parte de várias entidades do setor elétrico e à força-tarefa dos parlamentares para a aprovação de outros temas mais relevantes para o País, como a PEC da Transição e o Orçamento.



Vista área de painéis de energia solar ao lado de uma área agrícola, em Guaimbê, interior de São Paulo - Divulgação: Getty Images

Como o retorno do recesso parlamentar ocorrerá só em fevereiro e a mudança de regra está prevista para 7 de janeiro de 2023, não há mais perspectiva de aprovação do PL antes da data. Mas, segundo a vice-presidente de geração distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Bárbara Rubim, o setor ainda trabalha com a

possibilidade de que o Senado, na volta do recesso, aprove o PL 2703, com efeito retroativo, abrangendo todos os consumidores que realizem solicitação de acesso perante as distribuidoras a partir da segunda semana de janeiro, o que configuraria a cobrança da nova tarifa.

De acordo com ela, também “existe a possibilidade de uma medida provisória no começo do novo governo, que seria capaz de postergar o início das novas regras em 120 dias”.

Novo governo

A declaração ocorre mesmo após integrantes do grupo técnico (GT) de Minas e Energia do governo de transição terem atuado para barrar a votação no Senado. O custo pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição que não é pago por quem tem os sistemas de geração distribuída é rateado entre os demais consumidores. Segundo cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o custo para tarifa dos consumidores com o PL chegaria a R\$ 125 bilhões até 2045.

Procurados, membros do GT da transição para o setor disseram que o grupo encerrou as atividades e que o assunto será tratado pelo futuro ministro de Minas e Energia.

Quem deve ser indicado para o posto é o senador Alexandre Silveira (PSD-MG). Fontes do setor comentam que Silveira teria simpatia pela fonte solar e consideram que a nomeação seria positiva para o segmento. Procurado, o senador não retornou.

Judicialização

Outra alternativa analisada pelo setor é a judicialização. Segundo Bárbara, possíveis ações judiciais têm sido avaliadas tanto pela Absolar como individualmente por empresas “para resguardar os direitos”.

Na semana passada, a Absolar afirmou ter enviado ofício à Aneel pedindo providências sobre dificuldades que estariam sendo criadas pelas distribuidoras de energia aos consumidores que tentam pedir acesso para os sistemas de GD. De acordo com a entidade, houve “uma piora considerável do nível de qualidade de serviço e atendimento” pelas empresas de distribuição.

A associação cita como exemplo indisponibilidade ou instabilidades nos sites da Cemig, Coelba, EDP e Energisa. A entidade pediu que a Aneel “tome as devidas providências” para evitar a judicialização”.

Consumidores e empreendedores que solicitarem conexão de projetos de geração distribuída após a primeira semana de janeiro de 2023 deverão se submeter à nova norma tarifária, sem incentivo. Mesmo assim, a perspectiva é que o setor continue crescendo.

Conforme estimativas da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), o setor deve dobrar em 2022, com acréscimo de cerca de 8 gigawatts (GW) em potência instalada, para 17 GW de capacidade. Se confirmada a projeção, o setor – que reúne projetos de diversas fontes, mas está amplamente concentrado em solar – já responderia pela quarta maior participação na matriz elétrica nacional, atrás só das hidrelétricas, termoeletricas e eólicas. “Segundo projeção da Aneel, as fontes renováveis vão adicionar mais 7 GW em 2022, considerando apenas as grandes usinas; então GD deve crescer mais que todas as renováveis juntas”, diz o presidente da ABGD, Guilherme Crispim. Ele acredita que em 2023 o setor repetirá, em volume, o desempenho de 2022, com mais 8 GW.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2022

NINGUÉM MAIS QUER INVESTIR EM ENERGIAS SUJAS

Brasil já possui cerca de 1,2 milhão de empregos gerados por energias renováveis

Por José Pastore - Professor da FEA-USP, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP.

Na 15.^a Conferência da ONU sobre biodiversidade recentemente realizada no Canadá, 200 países se comprometeram a proteger 30% do planeta até 2030. Para tanto, foi criado um fundo de US\$ 20 bilhões anuais, apenas o primeiro passo para realizar a monumental tarefa.

O modo mais efetivo para limpar a atmosfera se baseia na fixação do carbono pelas árvores. Nesse campo, o Brasil é privilegiado pelo clima e pela extensão territorial. Aqui podem ser formadas imensas reservas florestais entre cinco e dez anos, o que na Europa demoraria 40 anos.



Essa é a tese de Jorge Caldeira, Julia M. Sekula e Luana Schabib no livro *Brasil, Paraíso Restaurável*, Editora Sextante, 2020. Os autores alertam para a monumental guinada que já ocorre na economia mundial em direção às energias limpas e renováveis — hídrica, eólica, solar, biomassa e outras. Ninguém mais quer investir em energias sujas e sobram recursos para turbinar uma civilização ecológica. Trata-se de uma verdadeira revolução no modo de pensar e agir dos investidores.

Plantar e manejar árvores que retiram carbono do ar constitui a principal maneira de controlar os problemas climáticos. Além disso, a economia de carbono neutro ajuda a criar empregos e renda. É verdade que na substituição da energia suja pela limpa, há destruição de empregos da primeira. Mas, no final, o balanço é positivo. Estudo recente mostra que o Brasil já possui cerca de 1,2 milhão de empregos gerados por energias renováveis (International Renewable Energy Agency, *Renewable energy and Jobs*, Abu Dhabi, 2022). Esse montante subirá de modo exponencial com novos investimentos em reflorestamento e com a manutenção do exitoso agronegócio. Unir lavoura, pasto e floresta é perfeitamente viável no Brasil (Eliane Sobral, *Integração com floresta dá dinheiro ao agro*, Valor, 21/12/22). Adicionalmente, essas atividades estimulam a indústria, o comércio e os serviços de várias regiões, permitindo, a um só tempo, limpar a atmosfera, alimentar o mundo, criar empregos e gerar renda de forma sustentável.

O Brasil é o único país com esse potencial. Mas, é claro, para chegar a um “paraíso restaurado”, é crucial implementar políticas adequadas e de forma contínua para atrair os grandes investidores que já decidiram ficar de bem com a natureza.

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP

Data: 29/12/2022

MELHORA ECONÔMICA NO FIM DO ANO TERÁ EFEITO NEGATIVO EM 2023

Bolsonaro passou anos segurando gastos; agora, está abrindo novos créditos adicionais

Por Adriana Fernandes - Repórter especial de Economia em Brasília

As contas do governo federal em 2022 vão fechar o ano no azul com um superávit de cerca R\$ 50 bilhões. O valor é maior do que os R\$ 34 bilhões que o Ministério da Economia estava prevendo até poucos dias atrás. Mas parte dessa melhora no fim do ano terá efeito negativo em 2023 ao pressionar o Orçamento no primeiro ano do governo Lula 3.

A PEC da Transição abriu um espaço extra de R\$ 20,1 bilhões para gastos adicionais em 2022.

Como faltam poucos dias para o fim do ano, as despesas serão empenhadas – fase do processo orçamentário na qual o governo assume o compromisso com o gasto –, mas no caso de boa parte não dará tempo de pagá-las.

A consequência será inevitável: a fatura vai para o ano que vem na forma de “restos a pagar”. Os chamados RAP, que, no jargão orçamentário, são despesas não pagas transferidas para o ano seguinte.

É mais uma fonte de pressão para o time de Lula, em especial Fernando Haddad, na Fazenda, e Simone Tebet, no Planejamento, que ficará com a Secretaria de Orçamento Federal na sua pasta.

No apagar das luzes, o governo Bolsonaro está abrindo novos créditos adicionais para ampliar gastos. Técnicos apontam que R\$ 8 bilhões já seriam suficientes se não fosse o atendimento dos acertos políticos.

Até agora, uma série de portarias publicadas a toque de caixa vem abrindo esses créditos. Espera-se para amanhã mais uma portaria para completar os R\$ 20 bilhões de espaço para novos gastos. Esse movimento joga uma bomba desnecessária para Lula.

O governo Bolsonaro passou anos segurando os gastos, deixando de pagar despesas líquidas e certas, como o caso dos compromissos com os organismos internacionais, e agora, no apagar das luzes, joga uma conta de mais de R\$ 10 bilhões para o próximo governo pagar, já que uma parte dessas despesas adicionais que estão sendo contratadas agora vai ser paga até o fim do ano. Mas não deve passar de R\$ 8 bilhões. O resto será empurrado para 2023.

O Congresso também aprovou no apagar das luzes novos gastos, inclusive salariais. O impacto desses projetos não foi sequer mapeado pelos técnicos da área econômica.

Não será tarefa fácil o ajuste dessas novas contas a pagar para 2023. Haddad antecipou que nos primeiros dias de janeiro tomará medidas para cobrir o rombo que foi aberto em 2022 nas contas públicas.

A expectativa é grande em torno do ajuste fiscal prometido num cenário difícil ainda para a economia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 29/12/2022



VALOR ECONÔMICO (SP)

COMÉRCIO MARÍTIMO VÊ AJUSTE DE FRETE EM 2023

Após dois anos de caos logístico, mercado de navegação já vislumbra normalização das operações e custos do transporte

Por Taís Hirata — De São Paulo



Para Leandro Barreto, sócio da Solve Shipping, uma variável central para o mercado em 2023 será o tamanho da queda de demanda na Europa e nos EUA — Foto: Divulgação

Após dois anos de turbulência e fretes marítimos em patamar recorde, o setor de navegação encerra 2022 com preços em declínio no mundo todo. No trajeto de importação da Ásia para o Brasil, que chegou à casa dos US\$ 12 mil por contêiner de 40 pés no auge da

crise, os preços voltaram ao nível pré-pandemia em dezembro deste ano, por volta de US\$ 1,3 mil por contêiner de 40 pés.

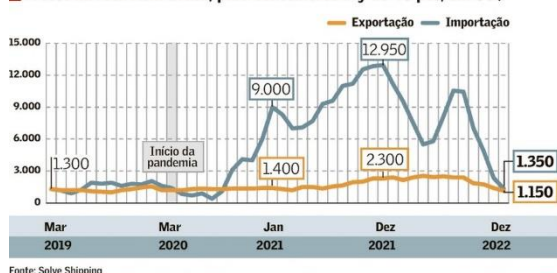
Para 2023, a previsão é que o mercado terá uma acomodação, segundo analistas e executivos. Os congestionamentos nos portos e atrasos de navios, ao que tudo indica, cessaram. Os fretes, que hoje estão baixos, ainda deverão ter algum ajuste para cima, principalmente a partir de março. Porém, a previsão é que ficou para trás o cenário caótico e de preços fora da curva - a não ser, é claro, que novas turbulências globais voltem à tona.

A atual retração dos fretes é explicada pela combinação entre a queda no consumo mundial e o aumento na oferta de capacidade de navios e contêineres.

Preços em queda

Fretes marítimos voltam a patamar pré-pandemia

■ Fretes na rota Ásia-Brasil, para contêineres dry de 40 pés, em US\$



Do lado da demanda, dois fatores ajudam a derrubar os preços. O primeiro é a mudança no padrão de despesas das famílias. “Na pandemia, as pessoas usaram o dinheiro para comprar. Em 2022 isso terminou, todo mundo está viajando, indo a restaurantes, os recursos pararam de ser direcionados apenas ao comércio”, afirma Andrew Lorimer, presidente da consultoria Datamar.

Além disso, há a desaceleração da economia nos principais mercados, dos EUA e, principalmente, da Europa - onde, além da inflação, há as incertezas

trazidas pelo conflito com a Rússia.

“Com a crise, os navios [antes direcionados às rotas marítimas principais] voltaram a atender as rotas menores, como o Brasil. Vieram muitos ‘extra-loaders’ [navios adicionais] para cá, isso gerou um arrefecimento do frete”, diz Leandro Barreto, sócio da consultoria Solve Shipping.

Para ele, o comportamento das grandes rotas - que “contamina” todo o mercado - será um fator determinante para o cenário de 2023. “A maior das incógnitas será o tamanho da desaceleração na Europa e nos EUA. Ainda é preciso entender se a queda na demanda é apenas um ajuste de estoques ou se será algo mais profundo. A partir de março, abril, vamos poder observar como será a retomada”, afirma.

Já no Brasil, a expectativa para a demanda no próximo ano é positiva, tanto na exportação, com destaque para o setor de alimentos, quanto na importação.

Apesar das incertezas macroeconômicas trazidas pela mudança de governo, a expectativa para o consumo é otimista, avalia Rafael Dantas, diretor da Asia Shipping. “Há uma perspectiva de que o novo governo trará incentivos à população de baixa renda, o que eleva a procura por produtos.”

Do lado da oferta, há também algumas variáveis relevantes a serem monitoradas em 2023.

A primeira delas é que, em 2023, diversos navios encomendados durante a pandemia pelas empresas de navegação deverão ficar prontos, elevando a capacidade do mercado - que foi um enorme gargalo na pandemia.

No entanto, nem todos esses novos navios irão gerar um incremento de capacidade, explica Luigi Ferrini, vice-presidente sênior da Hapag-Lloyd.

Isso porque parte deles irá substituir embarcações mais antigas. Além disso, outra parcela relevante deverá reforçar rotas existentes, que serão impactadas por novas regras ambientais do setor de navegação. Para atingir as metas de redução de emissões, uma das estratégias das companhias

será reduzir a velocidade dos navios, o que por sua vez aumentará o tempo das viagens e demandará um número maior de navios para suprir a demanda.

“Há uma previsão de 15% de aumento de capacidade de novos navios mundialmente. Porém, destes, 10% serão incorporados aos serviços existentes, para assegurar os itinerários diante da necessidade de reduzir a velocidade, para emitir menos gás carbônico”, afirma Ferrini.

Caso a demanda siga baixa, há também uma expectativa de que as empresas de navegação ajustem a oferta da capacidade com “blank sailings”, ou seja, cancelamento de viagens. “Tenho a impressão de que vamos voltar a ver muitos ‘blank sailings’, tal como no início da pandemia. Já voltamos a vê-los em algumas rotas, como na da Ásia”, diz Barreto.

A avaliação é que tanto os “blank sailings” quanto o represamento no aumento da capacidade (por meio da aposentadoria de navios ou da destinação de novas embarcações a rotas existentes) serão ferramentas das empresas de navegação para evitar uma derrubada dos fretes.

Dessa forma, a perspectiva para 2023 é que os preços, no mercado de curto prazo, tenham leve aumento e fiquem acima do patamar pré-pandemia, porém ainda muito abaixo dos valores dos últimos dois anos. Já nas cargas que têm contratos de mais longo prazo - com oscilação de preço menor -, os fretes deverão se manter no nível de 2022, diz Ferrini.

Todo esse cenário pode mudar a depender de imprevistos a nível global, como um eventual agravamento dos conflitos com a Rússia ou da pandemia.

Para Lorimer, a covid-19 é o maior temor, principalmente diante da situação atual na China, com a flexibilização das medidas de combate à doença e à disparada de casos. “A principal preocupação é como a pandemia vai se comportar na China e se isso vai afetar o vírus, se há risco de novas variantes. Isso ainda gera receio.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/12/2022

CUSTO DO FRETE RODOVIÁRIO DO AGRO SUBIU ATÉ 96% EM NOVEMBRO

Despesa com transporte diminuiu em relação a outubro, mas aumentou em comparação com novembro de 2021, segundo a Conab

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo



Despesa com transporte diminuiu em relação a outubro, mas aumentou em comparação com novembro de 2021, segundo a Conab _ Foto : Guito Moreto/Agência O Globo

No mês passado, o preço médio do frete rodoviário caiu no país em relação a outubro, como costuma ocorrer nesse período de entressafra. Entretanto, em comparação com novembro de 2021, o custo aumentou em todas as rotas acompanhadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

No Paraná, por exemplo, o custo do transporte entre Campo Mourão e o porto de Paranaguá subiu 9%. Em Goiás, o aumento do custo da rota entre Cristalina e São Simão foi de 96%. As oscilações foram menores em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas também seguiram a linha de aumento na comparação anual e de queda em relação ao mês anterior, diz a Conab, em relatório.

“Espera-se o reaquecimento do mercado a partir de janeiro de 2023, com a aceleração da colheita de soja. De forma geral, o mercado interno manteve uma demanda firme de grãos e farelos com

destino às regiões produtoras de rações animais no Sul do Brasil, compensando parcialmente a diminuição no volume das exportações”, diz o texto.

Exportações

O boletim logístico da Conab informa também que as exportações brasileiras de milho somaram 48,87 milhões de toneladas entre janeiro e novembro deste ano. O volume é 119,4% maior que o do mesmo período de 2021, quando os embarques somaram 22,27 milhões de toneladas.

“O forte ritmo das exportações brasileiras tem sido impulsionado pelos excelentes preços internacionais ao longo da temporada, a despeito das expectativas recentes, que apontam para uma maior folga no quadro de oferta e demanda mundial”, diz a estatal.

As exportações brasileiras de soja, por outro lado, caíram 7,9%, reflexo da queda da produção neste ciclo e da diminuição do ritmo de comercialização no mercado interno. De janeiro a novembro deste ano, o volume de embarques foi de 88,14 milhões de toneladas; no mesmo intervalo do ano passado, as exportações chegaram a 95,72 milhões de toneladas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/12/2022

PAES QUER AMPLIAR USO DE TÍTULOS DO PORTO MARAVILHA

Ideia é ampliar uso para financiar empreendimentos imobiliários sem emissão de novos papéis

Por Rodrigo Carro e Caio Sartori — Do Rio



O prefeito Eduardo Paes: município estaria disposto a deixar de receber da Caixa cerca de R\$ 4 bi para baratear os títulos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Prefeitura do Rio de Janeiro negocia com a Caixa Econômica Federal o uso de títulos (Cepacs) emitidos dentro do projeto de revitalização urbana Porto Maravilha para financiar empreendimentos imobiliários em São Cristóvão, bairro vizinho à zona portuária. Cada Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepac) emitido pela Prefeitura equivale a um total de metros quadrados a serem construídos pelos empreendedores.

A lógica por detrás da mudança seria a de ampliar a possibilidade de uso dos papéis sem emitir novos Cepacs, explicou ontem o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), em almoço com jornalistas. Paes informou que planeja extinguir a parceria público-privada (PPP) criada para viabilizar o Porto Maravilha.

Firmada em 2010, entre a Prefeitura e a Concessionária Porto Novo, a PPP previa a reurbanização e a prestação de serviços públicos numa área de 5 milhões de metros quadrados na Região Portuária do Rio de Janeiro. Orçado originalmente em R\$ 8,3 bilhões, o projeto seria custeado com a venda de Cepacs, mas o desaquecimento do mercado imobiliário fluminense no período que se seguiu à Olimpíada de 2016 freou a demanda pelos papéis.

Desde 2017 o mercado carioca de escritórios corporativos de alto padrão não registra novos empreendimentos. Relatório da empresa de serviços imobiliários Cushman & Wakefield indica que ao fim do terceiro trimestre deste ano a taxa de vacância - o percentual sem ocupação da área ofertada para aluguel - na zona portuária era de 31,1% enquanto na capital fluminense este percentual estava em 32,48%.

Paes esclareceu ainda que este ano as negociações com a Caixa Econômica Federal caminhavam bem até o início do período eleitoral, quando “deram uma estancada”. A expectativa do prefeito é que sejam retomadas a partir da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O município estaria disposto inclusive - segundo Paes - a deixar de receber da Caixa cerca de R\$ 4 bilhões a que teria direito como forma de reduzir o preço dos Cepacs e, com isto, alavancar a demanda pelos títulos.

No evento, Paes comentou ainda sobre a concessão da Linha Amarela, via expressa que liga a Barra da Tijuca à Ilha do Fundão. A Prefeitura trava uma disputa judicial com a Lamsa, concessionária que administra a via, para tentar encerrar o contrato de concessão.

No entender da Prefeitura, a concessão termina no próximo dia 31 de dezembro, mas ainda há uma audiência de conciliação marcada pela Justiça para 2 de fevereiro para tratar do tema. A Prefeitura do Rio chegou a abrir processo administrativo para pôr fim ao contrato de exploração do pedágio da Linha Amarela, mas suspendeu a medida para aguardar o resultado da audiência com a Lamsa. “Não vou tomar uma atitude que não se sustente juridicamente”, resumiu Paes.

Perguntado se já havia sido contactado por possíveis interessados em assumir futuramente a concessão caso a Prefeitura seja vitoriosa na disputa jurídica com a Lamsa, Paes informou que não, mas frisou que o negócio é atraente. “A torcida do Flamengo toda vai querer entrar na licitação quando ela for aberta”, exagerou o prefeito.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/12/2022

ECONOMIA FRÁGIL DESAFIA GESTÃO DE RAQUEL LYRA EM PE

Recuperação da atividade econômica após a pandemia está mais lenta que a média nacional

Por Marina Falcão — Do Recife



Raquel Lyra: eleita precisará acomodar vários grupos em seu governo para montar sua base no legislativo estadual — Foto: Diego Nitro/Valor

A ex-prefeita de Caruaru Raquel Lyra (PSDB) assumirá o comando de Pernambuco sob grande expectativa, por parte do seu partido, de fazer uma gestão modelo com projeção nacional. Para tanto, a nova governadora precisará dar fôlego à atividade econômica local, que se recupera em ritmo bastante inferior à média do Brasil no pós-pandemia.

Na área fiscal, Lyra encontrará um Estado que paga os salários em dia, mas não consegue alavancar investimentos. Segundo a vice-governadora eleita, Priscila Krause (Cidadania), Pernambuco tem R\$ 1,8 bilhão em obras contratadas para 2023 e apenas R\$ 322 milhões reservados no orçamento para tanto. A maioria dos contratos sem lastro são do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e muitos deles foram firmados a despeito da perda de arrecadação com ICMS dos combustíveis. “É uma preocupação muito grande o quadro que nos deparamos agora”, disse Krause.

O governador do Estado, Paulo Câmara (PSB), que recebeu o governo em 2015 das mãos do pai de Raquel, João Lyra Neto, afirmou que as declarações de Krause demonstram “desconhecimento da matéria financeira” e que ela “optou por fazer uma leitura pontual e desconectada da realidade”. Ele afirmou que vai deixar o Estado com R\$ 3 bilhões em caixa e R\$ 3,4 bilhões em operações de crédito com aval da União.

Segundo Krause, a nova gestão deve partir imediatamente para captar novos empréstimos com o governo federal, bancos e entidades internacionais. Ajudará o fato de Pernambuco ter conseguido melhorar sua nota de crédito de Capag (capacidade de pagamento) de C para B em função da injeção de recursos federais para combate à pandemia, algo que beneficiou os Estados de forma geral.

Uma mudança mais sustentável do quadro, no entanto, passa necessariamente pela recuperação da atividade econômica local e o consequente aumento da arrecadação. No auge da pandemia (2020), o baque econômico do Estado de Pernambuco foi maior que o nacional, com recuo de 4,1% do PIB, contra queda de 3,3% do país. Em 2021, o Brasil começou a se recuperar e cresceu 5%, mas Pernambuco avançou apenas 2,2%. Para este ano, a previsão é de outra performance abaixo da média: o PIB estadual deve subir em torno de 0,9%, enquanto o nacional pode avançar 3,1%.

A lenta recuperação do Estado, segundo o economista Écio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), está ligado ao mau desempenho do setor de serviços, incluindo turismo, que tem elevada participação no PIB pernambucano. O agronegócio recupera-se bem nesse ano, com avanço de mais de 10%, mas o setor tem pouco peso na economia estadual.

A atração de novos investimentos públicos e privados é crucial para melhorar os indicadores sociais do Estado, uma fragilidade da gestão do PSB. A região metropolitana do Recife tem hoje a segunda mais alta taxa de desemprego do país - atrás apenas da de Salvador - e metade da população vive com até R\$ 400 por mês, o maior percentual de pessoas em extrema pobreza do país.

A reversão desse cenário pode ser dificultada pelo fato de Lyra ter sido a única eleita no Nordeste que não apoiou Lula no segundo turno e se manteve neutra na disputa até o fim. Concorrentes diretos de Pernambuco na atração de investimentos, Ceará e Bahia permaneceram sob comando do PT. "Não abrimos o voto para presidente, mas está nas prioridades de Raquel fazer a interlocução com o governo federal", disse Krause.

Lyra reuniu-se imediatamente com o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) após a eleição, mas ainda não se sentou à mesa sozinha com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em todas as entrevistas que dá faz aceno ao petista, afirmando ter certeza que ele "não faltará ao seu Estado natal". Os recursos, no entanto, são escassos. O governo federal, por meio da Caixa, só tem R\$ 10,5 bilhões para emprestar aos Estados nas operações sem garantia e todos os entes querem a maior fatia possível.

O bom relacionamento com o governo federal pode ser crucial para destravar o trecho pernambucano da Transnordestina, considerada uma obra fundamental para alavancar a economia estadual. No ano passado, o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas (Republicanos) reajustou o contrato da obra retirando a parte pernambucana, que ligaria Custódia (PE) ao Porto de Suape, em Ipojuca (PE). O trecho cearense foi mantido. A Bemisa, mineradora do grupo Opportunity, tem interesse em fazer o ramal de Pernambuco, mas o desenho financeiro ainda está indefinido.

Outro gargalo da infraestrutura de Pernambuco, o saneamento básico também estará nas prioridades de Lyra. Cerca de 70% dos pernambucanos não têm acesso ao serviço. O Estado firmou parceria público-privada (PPP) com a Odebrecht Ambiental em 2013 - posteriormente vendida para a BRK -, mas as obras estão empacadas. "Precisamos estudar o formato que precisa apresentar como solução. A PPP não cumpre as metas do marco do saneamento, pois foi feita antes", afirmou Krause.

Eleita com rede de apoios inicial ínfima, Lyra está até agora fazendo mistério sobre a composição do seu secretariado. Para conseguir montar sua base no legislativo estadual, ela precisará acomodar lideranças que também fizeram oposição ao PSB. Grupos políticos relevantes como o do deputado Eduardo da Fonte (PP) e o dos ex-prefeitos Anderson Ferreira (PL) e Miguel Coelho

(União Brasil) aguardam espaços no novo governo. “Vamos construir a maioria no legislativo. Temos total espaço para fazer essa construção política”, disse Krause.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/12/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PETRORECONCAVO COMPRA SUBSIDIÁRIA BRASILEIRA DA MAHA ENERGY

Da Redação ECONOMIA 29/12/2022 - 16:28



A petrolífera brasileira Petroreconcavo adquiriu a subsidiária da Maha Energy, informam as empresas. A Petroreconcavo pagará US\$ 138 milhões por 100% da Maha Brasil, que opera campos de petróleo na região Nordeste, mais um lucro potencial de até US\$ 36,1 milhões.

A empresa brasileira cresceu significativamente nos últimos anos depois de comprar ativos da Petrobras, abrindo o capital no ano passado em uma oferta pública inicial de R\$ 1,2 bilhão e levantando mais R\$ 1,03 bilhão em uma oferta subsequente.

A localização dos ativos da Maha Energy no Nordeste permitirá a integração futura com os próprios ativos terrestres da Petroreconcavo nos estados do Rio Grande do Norte e da Bahia.

Em comunicado separado, a Maha Energy disse que seu conselho de administração considerou o negócio "vantajoso e alinhado com a nova estratégia de gerenciamento de portfólio da empresa", que incluiu uma recente combinação de negócios com a DBO, uma empresa focada em campos offshore maduros no Brasil. Os ativos tiveram uma produção total média de 2.928 barris de óleo equivalente por dia em 2022, disse a Petroreconcavo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/12/2022

PETROBRAS ASSINA CONTRATO COM CNOOC PARA ESCOAMENTO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

Da Redação OFFSHORE 28/12/2022 - 15:55

A Petrobras assinou o contrato do Sistema Integrado de Processamento de gás natural (SIP) com a CNOOC Petroleum Brasil Ltda. (CNOOC) e, em conjunto com Petrogal Brasil, Repsol Sinopec Brasil e Shell Brasil, sócios nos gasodutos offshore do pré-sal da Bacia de Santos, concluiu o processo de adesão da CNOOC aos contratos vigentes do Sistema Integrado de escoamento de gás natural da Bacia de Santos (SIE-BS).

Com assinatura destes contratos, a CNOOC poderá escoar o gás natural oriundo do campo de Búzios, localizado no pré-sal da Bacia de Santos, por qualquer uma das rotas de exportação do SIE-BS e processá-lo nas plantas de propriedade da Petrobras, viabilizando o atendimento direto ao mercado de gás natural pela CNOOC a partir de 01/01/2023.

O SIE-BS é composto pelas Rotas 1, 2 e 3 de escoamento do polo pré-sal da Bacia de Santos e o SIP contempla as plantas de processamento conectadas ao SIE-BS, de propriedade da Petrobras, localizadas em Caraguatatuba, São Paulo, Cabiúnas e Itaboraí (em construção), ambas no Rio de Janeiro.

Além do SIE-BS e SIP, a Petrobras também compartilha, desde 2022, com a empresa Potiguar E&P (subsidiária da PetroReconcavo) o Sistema de Escoamento de Gás Natural de Guamaré (SEG Guamaré) e a planta de processamento de gás natural na UPGN Guamaré.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/12/2022

JUSTIÇA NEGA RECURSO DA MSK PARA REVERTER A DECISÃO DE PROIBIÇÃO DE ATRACAÇÃO DE PORTA-AVIÕES EM SUAPE

Por Bianca Guilherme NAVEGAÇÃO 28/12/2022 - 16:49



Desembargador indica o risco de danos ambientais na região de Ipojuca

Nesta quarta (28), a Justiça Federal negou o pedido realizado pela empresa MSK Maritime Services & Trading de reverter a proibição do antigo porta-aviões (NAe) "São Paulo" de atracar no Porto de Suape, em Ipojuca (PE). Com a decisão, o navio, que já foi o maior navio militar brasileiro, permanece vagando a 30 km da costa pernambucana, proibido de atracar e realizar conserto para, em seguida, ser levado ao estaleiro Sök, na Turquia.

A solicitação foi indeferida pelo relator do processo, o desembargador federal Leonardo Resende do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5. De acordo com o magistrado, a decisão foi tomada com base no risco ambiental envolvido na atracação do porta-aviões, que tem materiais tóxicos como amianto e cádmio em sua estrutura.

"O Inventário de materiais perigosos (INVENTORY OF HAZARDOUS MATERIALS) produzido pela empresa Grieg Gree, demonstrou a presença, no mínimo, dos seguintes materiais na estrutura da embarcação, tais como amianto, tintas, tubulações, mercúrio, e em caso de naufrágio do Casco do Ex-NA São Paulo haverá uma contaminação dos ambientes marinhos e estuarinos da costa Pernambucana" (sic), grafou o magistrado.

Em sua decisão, o desembargador federal acredita que deve prevalecer a autoridade marítima sobre a autoridade portuária, sobretudo em situações de risco à segurança. "Remanesceria a competência das autoridades locais para, diante de riscos ambientais e sanitários relevantes, opor resistência à atracação de embarcações", destacou.

Resende ainda barra imediatamente "qualquer medida tendente a determinar a atracação forçada da embarcação porta-aviões São Paulo (ex NAe São Paulo) no Porto de Suape ou, alternativamente, caso esta venha a se concretizar, promover a imediata retirada da embarcação, arcando com todos os custos e riscos inerentes".

No dia 18 de dezembro, a MSK entrou com um pedido alegando que a liminar vigente contraria determinação da Marinha do Brasil e considera que, embora embarcações construídas até 1º de janeiro de 2011 contenham amianto em sua estrutura, elas não foram proibidas de atracar em Suape. O pedido destacou que o Brasil é responsável por resíduos exportados e que cabe à União dispor sobre portos marítimos.

De acordo com a engenheira ambiental, Kerlency Farias, o amianto é resíduo classe I e o Brasil tem legislação para encaminhar ele para o aterro. "Essa questão me parece meramente política. Porque o governo sabe que a partir do momento que atracar, ele vai assumir toda a responsabilidade. E é muito material, envolvendo muito dinheiro", comentou.

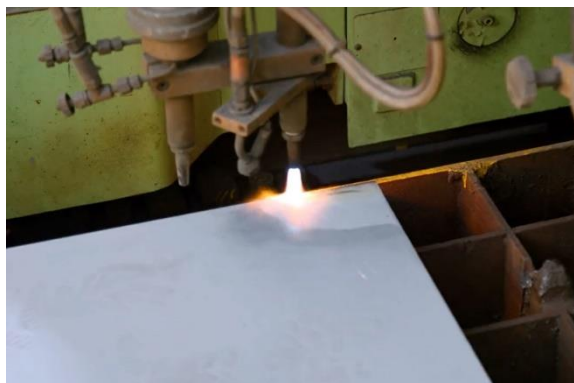
Para a PN, a assessoria da MSK alegou que até o momento ainda não tem um posicionamento oficial. "Recebemos a notícia da decisão com naturalidade. Assim que a analisarmos adotaremos as medidas adequadas, se necessárias", disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/12/2022

ESTALEIRO HYUNDAI CORTA O PRIMEIRO AÇO DE UM PORTA-CONTÊNER A METANOL PARA A MAERSK

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 28/12/2022 - 16:05



O estaleiro sul-coreano Hyundai Heavy Industries realizou nesta quarta-feira (28) a cerimônia do primeiro corte de aço do que será o navio inaugural da série de 19 de porta-contêineres movidos a metanol para a Maersk.

Serão seis navios com capacidade nominal de 17.000 TEUs encomendados em outubro passado, 12 boxships de 16.000 TEUs e um navio feeder encomendado em 2021. Os navios bicomcombustíveis serão capazes de queimar metanol, bem como combustível convencional com baixo teor de enxofre.

Espera-se que o feeder se junte à frota da Maersk em 2023, enquanto a primeira nova construção do lote de 16.000 TEUs está prevista para entrega em 2024. Os seis navios de 17.000 TEUs devem ser entregues em 2025 e navegarão sob a bandeira da Dinamarca.

O peso pesado do transporte de contêineres disse que, quando todos os 19 navios encomendados forem implantados e substituídos por navios mais antigos, eles gerarão uma economia anual de emissões de CO2 de cerca de 2,3 milhões de toneladas.

Os navios precisarão de aproximadamente 750.000 toneladas anuais de metanol verde, de acordo com a Maersk, que está em uma campanha massiva de construção de parcerias nos últimos dois anos com o objetivo de garantir o fornecimento de metanol verde para seus navios.

A empresa assinou oito acordos de fornecimento com parceiros em todo o mundo, sendo o mais recente firmado com a SunGas Renewables, Inc., com sede nos Estados Unidos, uma subsidiária da GTI Energy.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/12/2022



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está no LinkedIn.com-www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2

Fonte : InforMS

Data: 29/12/2022